

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

KELLEN MORATO

**O SOFT POWER CHINÊS PARA O QUÊNIA: AVANÇOS NAS RELAÇÕES BILATERAIS
E OS INSTITUTOS CONFÚCIO (2000-2025)**

**Santana do Livramento, RS
2026**

KELLEN MORATO

**O SOFT POWER CHINÊS PARA O QUÊNIA: AVANÇOS NAS
RELAÇÕES BILATERAIS E OS INSTITUTOS CONFÚCIO
(2000-2025)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa (Unipampa),
como requisito parcial para a obtenção do título
de **Bacharel em Relações Internacionais**.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Kamilla Raquel Rizzi

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

M831a Morato, kellen Silva
AVANÇOS NAS RELAÇÕES BILATERAIS (2000-2025) / kellen Silva
Morato.
80 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade
Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2026.
"Orientação: kamilla Raquel Rizzi".

1. Soft Power. 2. China. 3. Quênia . I. Título.

Kellen Morato

**O SOFT POWER CHINÊS PARA O QUÊNIA: AVANÇOS NAS RELAÇÕES
BILATERAIS (2000-2025)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa (Unipampa),
como requisito parcial para a obtenção do título
de **Bacharel em Relações Internacionais**.

Aprovado em 24 de junho de 2026:

Prof^ª. Dr^ª. Kamilla Raquel Rizzi, (UNIPAMPA)
(Presidente/Orientadora)

Prof^ª. Dr^ª. Nathaly Silva Xavier Schutz
UNIPAMPA

Prof. Dr. Flávio Augusto Lira Nascimento
UNIPAMPA

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Ellen e Sidnei.

Obrigado pelo amor incondicional e por não me deixarem desanimar quando as circunstâncias me forçaram a parar. Vocês foram os primeiros a me estender a mão para que eu recuperasse as forças, retomasse a caminhada e concluísse este ciclo. Esta vitória é, acima de tudo, de vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, àqueles que seguraram a minha mão no momento mais difícil da minha trajetória. Aos meus pais, Ellen e Sidnei, e a toda a minha família, que foram o meu porto seguro quando a vida me impôs uma pausa forçada e me deram o suporte necessário para que eu pudesse me reerguer. À minha noiva, Marjorie, pelo amor resiliente, pelo cuidado e por ser a minha calmaria nos dias de tempestade. E aos meus amigos, Yghor Gloscof, Bruna Rodrigues, Júlia Nishio e Andreas Coelho, que acreditaram no meu retorno antes mesmo de mim e me impulsionaram a retomar as rédeas do meu futuro. Sem a força e o acolhimento de vocês, essa volta por cima não seria possível.

À Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Campus Santana do Livramento, expresso o meu mais profundo respeito e orgulho. Minha eterna gratidão por ser uma instituição pública, gratuita e de extrema qualidade nesta região de fronteira. Em um país de tantas desigualdades, a UNIPAMPA resiste como um farol de oportunidade, descentralizando o ensino superior, transformando realidades locais e permitindo que tantas pessoas, assim como eu, possam alcançar sonhos que antes pareciam distantes.

À minha orientadora, Kamilla Rizzi, agradeço pela orientação e pela paciência na condução deste trabalho, especialmente diante das nossas trocas de e-mails intermináveis e revisões para que eu chegasse até aqui.

Aos servidores da universidade, dedico um agradecimento muito especial. Meu reconhecimento vai desde os profissionais da equipe de limpeza e segurança, que garantem o nosso bem-estar diário no campus, passam pelos técnicos administrativos, que desatam os nós da burocracia, até chegar à reitoria. O trabalho de cada um de vocês, tantas vezes invisível na rotina acadêmica, é o verdadeiro motor que mantém esta engrenagem pública de pé e viabiliza a nossa formação.

“Mesmo quando a jornada parecer difícil, não desista de fazer o seu melhor e brilhar.”

— TWICE (*Feel Special*, 2019, tradução livre)

RESUMO

Este trabalho questiona “Como as relações políticas da China com o Quênia são impactadas pelo uso da cooperação cultural como instrumento de Soft Power?”. A hipótese aqui levantada foi a de que a construção de centros culturais chineses (os Institutos Confúcio) que passaram a existir no país a partir de 2005, dentro da capital queniana, traz para a população uma nova perspectiva da realidade, estreitando os laços não só culturais como econômicos e políticos, tirando a centralidade do ocidente e abrindo portas para o oriente. De forma que as relações entre os dois países estejam cada vez mais próximas e entrelaçadas. Por isso 2005 é o ano marco inicial da análise e 2025 é o ano final para que se tenha duas décadas de relações a serem avaliadas. Seu objetivo foi compreender o Soft Power na política externa da China para o Quênia. Para tal, teve-se três objetivos específicos: A) compreender a teoria do Soft Power; B) compreender o Soft Power chinês; e C) descrever historicamente as relações do Soft Power chinês no Quênia. Para isso, foi executada uma pesquisa qualitativa, utilizando o método hipotético-dedutivo. Seu caráter é descritivo e explicativo. Compreende-se que todos os objetivos foram atingidos, mas que a complexidade da literatura referente ao segundo objetivo requer uma pesquisa mais aprofundada, enquanto o terceiro objetivo específico foi prejudicado pela escassez de literatura acerca das relações bilaterais sino-quenianas, especialmente no que diz respeito à aspectos culturais. De modo geral, entendeu-se que a cooperação cultural chinesa enquanto instrumento de Soft Power para o Quênia serve muito mais como uma rota de fortalecimento de cooperação técnica e fortalecimento de laços econômicos do que uma iniciativa de difusão de ideologia. Os Institutos Confúcio, por si só, não aparentam ser um forte instrumento de Soft Power, é o intercâmbio de alunos para qualificação técnica que parece ser o ponto principal da relação dos países na educação.

Palavras-chave: Soft Power. Soft Power Chinês. Quênia.

ABSTRACT

This work questioned “How are China’s political relationship towards Kenya impacted by the use of cultural cooperation as a Soft Power Instrument?”. The hypothesis raised here is that the construction of Chinese cultural centers (The Confucius Institutes) that began to exist in the country from 2005, within the Kenyan capital, brings to the population a new perspective on reality, strengthening ties not only culturally but also economically and politically, taking centrality away from the West and opening doors to the East. In such a way that the relations between the two countries are increasingly close and intertwined. Therefore, 2005 is the starting milestone year of the analysis and 2025 is the final year to have two decades of relations to be evaluated. The objective was to understand how does Chinese’ Soft Power towards Kenya works, which led to three specific objectives: A) understanding Soft Power theory; B) understanding Chinese Soft Power; and C) historically describing the Chinese Soft Power relations towards Kenya. To do so, a qualitative research was made using the hypothetical-deductive method. The research is descriptive and explanatory. It was understood that all the aims were satisfied, although the complexity of the literature regarding Chinese Soft Power requires further investigation, while the third objective was hurt by the lack of literature regarding the bilateral relations between China and Kenya—specially regarding the cultural aspects. Overall, it was understood that the Chinese cultural cooperation as Soft Power instrument towards Kenya works a lot more like a route of strenghtening the technical cooperation and economic ties than as a difusion of ideology inniciative. The Confucius Institutes by themselves doesn’t appear to be a strong Soft Power instrument. It’s the students exchange for technical qualification that seems to be the main goal in the bilateral relations regarding Education.

Keywords: Soft Power. Chinese Soft Power. Kenya.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – ..Jomo Kenyatta, presidente da Kenyan African Union (KAU), em 1946 ou 1947.....	30
Figura 02 – Da esquerda para a direita, Anchieng Oneko, Jomo Kenyatta, Makhan Singh e Oginga Odinga, 1961.	32
Mapa 01Continente africano com destaque para o Quênia (2026).....	42
Mapa 02Kenya Standard Gauge Railway (SGR) 2023.....	45
Figura 03 – Xi Jinping em discurso durante durante 19º Congresso do PCC	48
Figura 04 – Wi lliam Ruto e Xi Jinping, China	49
Figura 05 – Reunião entre representantes chineses e quenianos em Pequim, no dia 4 de fevereiro de 2025.	52
Figura 06 – Li Zhaoxing, 2005.....	54
Figura 07 – Secretário Geral do Tesouro Chris Kiptoo em reunião com delegação chinesa em Nairobi no dia 21 de março de 2024.	60

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 –	Camadas da Interdependência complexa de Nye e Keohane (2011)	18
Quadro 01 –	Balança Comercial China-Quênia (2000–2025)	44
Quadro 02 –	Institutos Confúcio (África vs. Quênia) 2026	66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRI	<i>Belt and Road Initiative</i>
EUA	Estados Unidos da América
FOCAC	Fórum de Cooperação China-África
KAU	Kenya African Union
MNO	Ministério das Relações Exteriores da República Popular da China (Ministry of Foreign Affairs)
NAM	Movimento dos Países Não-Alinhados
OBOR	One Belt & One Road
ONU	Organização das Nações Unidas
PCC	Partido Comunista Chinês
PCR	Partido Comunista Revolucionário
PECh	Política Externa Chinesa
PIB	Produto Interno Bruto
PPP	Parceria Público-Privada
RPC	República Popular da China
SGR	Standard Gauge Railway
URSS	União das Repúblicas Socialista Soviéticas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. O SOFT POWER CHINÊS.....	17
2.1. AUTODETERMINAÇÃO E SOBERANIA	25
3. O QUÊNIA E A CHINA.....	28
3.1. COMPROMISSO COM INOVAÇÃO E EXPERIMENTAÇÃO O DESPERTAR DO DRAGÃO NA ÁFRICA ORIENTAL	40
3.2. “GERENCIAMENTO DO CAOS”	52
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS.....	70

1. INTRODUÇÃO

A República Popular da China passou por grandes transformações domésticas no decorrer do século XX, as quais moldaram e foram moldadas pelo ambiente internacional com o qual ela interagia. Nesse processo, o país conseguiu, em algumas décadas, sair de seu status como país agrícola, autônomo e voltado para dentro, para uma potência econômica global que compete de forma acirrada com os Estados Unidos da América (EUA).

Desde que se iniciou a abertura de sua política externa nos anos de 1980 por Deng Xiaoping e, mais tarde, nos anos 2000 com a chamada “*go out policy*”, a presença chinesa vem se expandindo no continente africano. Essa expansão é política e econômica, podendo ser notada na presença de Embaixadas e Consulados em 53 países do continente africano (Ministry of Foreign Affairs of the People’s Republic of China, 2025). Esse número é comparativamente superior àquele do Brasil, com 35 embaixadas ativas na África em 2025 (Ministério das Relações Exteriores, 2025), ou Estados Unidos, com 44 embaixadas ativas das quais cerca de 15 correm risco de fechamento durante o governo de Donald Trump (Agencies, 2025; The African Times, 2025). A quantidade de visitas de líderes chineses ao continente também cresceu.

No 19º Congresso do Partido Comunista da China (PCC), em 2017, Xi Jinping chamou de “Soft Power com características chinesas” uma política que tem sido usada pelos chineses a fim de refutar a ideia mundialmente difundida de que o desenvolvimento chinês seria uma ameaça global (Embaixada da República Popular da China no Brasil, 2017; Heiermann, 2019). A ideia que se tenta formar é que o desenvolvimento chinês é pacífico e uma forma mútua de fortalecimento para ambos os países. O que pode ser um exemplo dessa visão, seria o megaprojeto *One Belt & One Road* (OBOR), que é um desenvolvimento de infraestruturas e iniciativas de investimentos que se estendem do leste da Ásia à Europa. As ferramentas do Soft Power chinês, no entanto, seriam mais extensas do que aquelas definidas por Joseph Nye, que exclui as ferramentas econômicas de sua análise que estão presentes na análise chinesa. Sendo assim considerado, o Soft Power chinês, ou “ofensiva de charme”, como tem sido chamada (Kurlantzick, 2007), inclui ferramentas culturais e ferramentas comerciais/econômicas.

O Quênia não deixou de ser atrativo para os investimentos da China mesmo enfrentando problemas como escassez de matéria prima, comida, insegurança, devido a secas e fome, desastres, como inundações, deslizamentos de terra e incêndios, altos níveis de pobreza, saneamento precário e serviços médicos inadequados, baixos níveis de educação e altos níveis de corrupção. Apesar dessas limitações, para a China, o Quênia está geograficamente bem

colocado para se tornar um centro de negócios para a África Oriental e uma porta de entrada para os países da África Central.

O Quênia é o principal entreposto comercial do oeste africano. As importações e exportações de países vizinhos como Ruanda, Uganda, Burundi e República Democrática do Congo transitam pela estrada que liga o Lago de Vitória, no centro do continente, à cidade de Mombasa, porto às margens do Oceano Índico. Fazendo com que o país se torne um dos maiores escoadouros de importações e exportações, considerando ainda que 40% das exportações do Quênia, são direcionados para dentro do próprio continente (O Estado de São Paulo, 2008; Internacional, p. A18).

A China está presente no Quênia, desde as escolas de mandarim até os massivos projetos de infraestrutura. Essas são consequências de um grande investimento chinês dentro do país que reflete ativamente nas relações sociais e crescimento de novas e velhas discussões. A língua chinesa passou a ser ensinada em aulas que são ministradas em faculdades e universidades quenianas com instrutores que recebem seus salários subsidiados pelo governo chinês.

Em 2005, o primeiro *Confucius Institute in Africa* foi fundado na Universidade de Nairóbi. Desde esse evento três outros Institutos de cultura chinesa se iniciaram em universidades públicas do Quênia. Quênia e África do Sul têm o maior número desses institutos no continente africano (Projeto de Reportagem África-China, 2013). Os Institutos Confúcio são colônias culturais sem fins lucrativos financiadas pelo governo chinês para promover a língua mandarim chinesa e sua cultura. Eles estão vinculados às universidades como departamentos independentes e concedem certificados, diplomas e graus em estudos da língua chinesa (Xinhua, 2015).

O fato de que Pequim se comprometeu, em 2006, a criar um fundo de desenvolvimento para a África e a perdoar o débito africano de 1,4 bilhão de dólares atesta o vigor do *Soft Power* chinês, assim como a importância atribuída à sua parceria com a África. Nesse contexto, a importância que o Plano de Ação de Beijing (2007-2009) tem para ambos os lados (China e África) é inegável, já que destaca os métodos, assim como os níveis de consulta e de cooperação (econômica, legal, organizações regionais e subregionais, educação, desenvolvimento de infraestrutura, relação entre pessoas, saúde etc.) (Alden, 2007; Nye, 2004b).

Portanto, juntamente com todas as políticas citadas, a presença de vários Institutos Confúcio em universidades quenianas, como a Universidade de Nairóbi, a Universidade Kenyatta, a Universidade Egerton e a Universidade Moi – onde os alunos têm a oportunidade de aprender a língua chinesa e, assim, interagir com a cultura chinesa – acelerou o crescimento do *Soft Power* da China no Quênia.

A mídia também tem sido uma via, como a China Central Television, que em 2012 lançou um centro de transmissão em Nairóbi. A rede de televisão exibe notícias africanas, dramas e documentários da TV chinesa. Além disso, o jornal China Daily circula em muitas partes da África com o objetivo de que isso ajude mutuamente as relações entre a África e a Ásia. Logo, este TCC traz por tema o Soft Power na política externa da China e, como tema específico, aborda-se o Soft Power na política externa chinesa para o Quênia. A seguir, são abordadas as questões referentes à pesquisa (problema, hipótese, objetivos e metodologia) e a justificativa.

O crescimento da presença econômica e cultural da China na África marca o investimento do Soft Power chinês. É notório os benefícios para a população queniana, com o aumento de vagas de empregos, novas oportunidades de estudos com bolsas concedidas pelo governo chinês e a própria infraestrutura do país, as quais passam a fazer parte do cotidiano dos cidadãos quenianos. Apesar das visíveis mudanças, podem ocorrer momentos de tensão entre culturas, colocando em risco a harmonia na relação entre os Estados. Por isso, o presente Trabalho de Conclusão de Curso questiona: “Como as relações políticas da China com o Quênia são impactadas pelo uso da cooperação cultural como instrumento de Soft Power?”

A hipótese aqui levantada é a de que a construção de centros culturais chineses (os Institutos Confúcio) que passaram a existir no país a partir de 2005, dentro da capital queniana, traz para a população uma nova perspectiva da realidade, estreitando os laços não só culturais como econômicos e políticos, tirando a centralidade do ocidente e abrindo portas para o oriente. De forma que as relações entre os dois países estejam cada vez mais próximas e entrelaçadas. Por isso 2005 é o ano do marco inicial da análise e 2025 é o ano final para que se tenha duas décadas de relações a serem avaliadas.

O objetivo geral deste trabalho é compreender o Soft Power na política externa da China para o Quênia. Para tal, tem-se três objetivos específicos: a) Compreender a teoria do Soft Power; b) Compreender o Soft Power chinês; e c) Descrever historicamente as relações do Soft Power chinês no Quênia.

Considerando que este trabalho se propõe a analisar o Soft Power na política externa da China no Quênia e as colônias culturais, se faz necessário utilizar uma abordagem metodológica qualitativa, entendendo que esta predomina a interpretação desenvolvida pelo pesquisador diante da compreensão do caso estudado, onde observa-se “com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (Tuzzo; Santos; Braga, 2024, p. 4). Isso permite a realização de pesquisas que abordam os fenômenos sociais em sua profundidade (Tuzzo; Santos; Braga, 2024).

Além disso, o estudo tem como um condutor o método hipotético-dedutivo, sendo que este busca compreender uma questão ao criar uma solução provisória, a hipótese, passando depois a criticar essa solução para eliminar o erro, resultando em novos problemas (Marconi; Lakatos, 2017). Além disso, tendo em conta que o trabalho apresenta inicialmente compreender a teoria do Soft Power e o Soft Power chinês e posteriormente busca explorar o papel das colônias culturais nas ações da China dentro do Quênia, é correto entender e afirmar que a pesquisa assume caráter descritivo e explicativo. Quanto aos procedimentos para execução da pesquisa, foram realizadas a revisão bibliográfica, a análise documental de fontes primárias (documentos oficiais, discursos) e secundárias (jornais e revistas).

A relevância de se considerar o Soft Power na política externa da China se deve a diferentes fatores. Em primeiro lugar a China é uma das maiores potências mundiais e um importante parceiro econômico para diversos países do sistema internacional, por outro lado, o Quênia é um país que ainda tem muito o que ser explorado e desenvolvido. Sendo assim, quando observamos que uma relação ativa ocorre entre potências tão distintas é impossível não voltar os olhos e atenção ao fato. A localização estratégica do Quênia abre possibilidades para as negociações da China, África adentro, estes que utilizam de investimentos diversos como, por exemplo, rodovias e projetos de infraestrutura, os quais, inevitavelmente passam a afetar diretamente na mudança do próprio convívio popular.

Esses motivos mostram que existe uma importância para a pesquisa e análise das relações internacionais, pois, deste modo entendemos como as relações políticas podem influenciar diretamente na cultura e relação social de ambos os países envolvidos, assim como atualmente ocorre no Quênia. As mudanças sociais de um país, como o Quênia, em detrimento de seus interesses políticos e econômicos, nos trazem o entendimento do quão atrelados estes fatores internacionais estão ao convívio doméstico social.

2.O *SOFT POWER* CHINÊS

Há a necessidade de se realizar uma revisão teórica com o objetivo da compreensão do trabalho, assim destacando alguns conceitos que são fundamentais para a fundamentação da hipótese apresentada. Sendo assim, não se tem a intenção de apontar uma conclusão e sim apresentar a fundamentação teórica e conceitual utilizada para a discussão do tema e problema de pesquisa.

Nesta seção, realiza-se uma exposição teórica a respeito dos conceitos relativos à análise do Soft Power na política externa chinesa com o objetivo de compreender a teoria e como ela se aplica no caso da China. Para isso, ela se inicia com uma discussão sobre o conceito de Soft Power e depois prossegue para abordar e encaixar exemplos de momentos das relações sino-quenianas no que tange à Soberania, inovação e, por último, a gestão do desenvolvimento social doméstico. Essa organização auxilia a compreensão das relações sino-quenianas a partir do marco inicial de 2005, quando surgiu o primeiro Instituto Confúcio no Quênia.

Os conceitos de Hard Power e Soft Power que serão explicados nesta pesquisa são os de autoria de Joseph Nye, utilizados no livro “O Paradoxo do Poder Americano” (2002). Nye (2017) critica a teorização do poder como um recurso tangível nas relações internacionais, especialmente comum entre teóricos neorrealistas como Waltz (1979). O foco na coerção e em movimentações econômicas, como criação de dívidas e realização de pagamentos, acabava por inviabilizar o potencial de exercer influência sobre os outros por meio de ideias e outros atrativos que estabeleçam agendas em comum, de modo a conseguir conquistar o que se deseja (Nye, 2017).

Definido o *poder* como a habilidade de afetar os outros países para que se atinja os objetivos próprios desejados, Nye (2002) cunhou o termo Soft Power como conceito analítico para suprir uma defasagem nas análises sobre poder. Trata-se de um conceito que, embora tenha sido cunhado tomando os Estados Unidos da América como base, pode ser aplicado aos outros países (Nye, 2017). Além de servir para a análise de Estados, o Soft Power também pode ser analisado nos níveis de organizações e indivíduos (Nye, 2008, 2017). Como afirma o próprio autor: “Os Estados Unidos não estão sozinhos. Outros, tanto países como atores não estatais, também possuem Soft Power” (Nye, 2004b, p. 73, tradução nossa)¹.

¹ No original: “Others, both countries and nonstate actors, also possess Soft Power that can be used to help or hinder the United States’ achievement of its preferred outcomes” (Nye, 2004b, p. 73).

Apesar de alguns o descreverem erroneamente como o uso de “forças não-tradicionais, como bens culturais e comerciais” (Ferguson, 2009, s/p, tradução nossa) ², o Soft Power na realidade é “apenas um componente do poder, raramente é suficiente por si só” (Nye, 2017, p. 2, tradução nossa) ³ que pode ser entendido como “a habilidade de afetar os outros e obter os resultados desejados por intermédio da atração e da persuasão em vez do uso da coerção ou de pagamento” (Nye, 2017, p. 2, tradução nossa)⁴.

Nesses cenários, ocorre o que Nye (2002) descreve como um Tabuleiro de Xadrez Internacional em que os atores – entendidos como entidades participantes dos processos e acontecimentos do cenário internacional, sendo eles estatais⁵ e não-estatais⁶ – engajam em um jogo em que cada camada exige a “peça” e a “jogada certa” (Martinelli, 2016; Nye, 2002). Esse jogo ocorre dentro das três camadas da interdependência complexa de Nye e Keohane (2011), onde tem-se:

Tabela 1 – Camadas da Interdependência complexa de Nye e Keohane (2011)

	CAMADA	EXPLICAÇÃO
(a)	Múltiplos Canais conectando as sociedades	São canais presentes nas relações interestatais, transgovernamentais e transnacionais independentemente dos atores que as exercem
(b)	Falta de clareza na organização hierárquica	A agenda internacional vai variar de acordo com o grau de interesse que um tema traz para os Estados
(c)	Governos não utilizam força militar em regiões de prevalência da interdependência complexa	Questões entre os envolvidos serão potencialmente tratadas pacificamente, havendo o envolvimento de força militar na exceção: quando dois ou mais atores dessa região se unem para atacar um rival

Fonte: Elaboração própria com base em Nye; Keohane (2011)

Dentro desses três níveis, os atores podem utilizar tanto o Hard Power, quando o Soft Power (Nye; Keohane, 2011). Enquanto detentores da força militar, são os atores estatais

² No original: “non-traditional forces such as cultural and commercial goods” (Ferguson, 2009, s/p).

³ No original: “only one component of power, and rarely sufficient by itself” (Nye, 2017, p. 2).

⁴ No original: the ability to affect others and obtain preferred outcomes by attraction and persuasion rather than coercion or payment” (Nye, 2017, p. 2).

⁵ Por atores estatais, entende-se “aqueles que têm soberania e legitimidade no uso da força, além do controle sobre a população e o território” (Martinelli, 2016, p. 66).

⁶ Atores não-estatais são “entendidos como não soberanos em relação ao uso da força, à população e ao território” (Martinelli, 2016, p. 66).

aqueles tendem a engajar no uso do Hard Power, que pode ser entendido em sua vertente militar como “toda a esfera que o campo militar abrange dentro da articulação bélica de um ator” (Martinelli, 2016, p. 68) e na sua esfera econômica como o “potencial econômico de um ator e da capacidade de articulação de temas ligados à economia” (Martinelli, 2016, p. 69). Na primeira vertente, são observáveis exemplos como guerras, desfiles militares e intervenções. Por exemplo; enquanto na segunda estão presentes o uso de embargos, sanções, suspensões de subsídios e investimentos, entre outros (Martinelli, 2016; Nye; Keohane, 2011).

O Soft Power, no entanto, não está restrito aos estados, podendo ser utilizado também por atores não-estatais. Devido à sua característica indireta, ele utiliza aspectos ideológicos, sociais e culturais para seduzir seu alvo e incentivá-lo a querer imitar aquele que exerce o poder, sem que haja coerção. Indústrias como música e cinema são utilizadas no Soft Power para atingir variadas partes do mundo, pois seu consumo age como um sedutor ideológico-cultural que influenciam pessoas a adotarem determinados pensamentos, comportamentos e crenças projetados, como ocorreu com o *American Way of Life* (Martinelli, 2016).

Apesar de serem diferentes entre si, a recomendação de Nye (2017) é que hard power e Soft Power sejam utilizados de forma complementar, formando o smart power. Ainda assim, no caso da projeção chinesa para a África é mais interessante focar no Soft Power como meio de compreensão das movimentações sutis da China dentro do Quênia, onde se utilizam dessas ferramentas brandas para melhorar a relação entre os dois estados e aproximar suas distintas culturas de forma que a comunicação política seja cada vez mais eficaz.

Isso não significa, no entanto, que a China não possui Hard Power. Pelo contrário: foi em meio ao desenvolvimento do Hard Power chinês que os líderes do país perceberam a necessidade de desenvolver, também, seu soft power. Conforme economia e poder militar nacional cresciam, os vizinhos podiam se sentir ameaçados e optar por aderir à coalizões para balancear a distribuição de poder na região e, ao utilizar seu Soft Power a China podia minar o nascimento e fortalecimento dessas coalizões (Nye, 2017). A partir de 2007, com o discurso do presidente Hu Jintao no 17º Congresso Anual do Partido Comunista sobre a necessidade de aumentar o Soft Power chinês e a continuidade desse interesse pelo atual presidente Xi Jinping, o próprio Joseph Nye foi contatado por oficiais chineses acerca das formas de fazer isso acontecer, ao que relata ter respondido sempre da mesma forma:

A China deveria perceber que o Soft Power do país vem da sua sociedade civil ao invés do governo. A propaganda não é uma forma acreditável e, portanto, não atrai. A China precisa dar mais liberdade aos talentos de sua sociedade civil, embora isso seja difícil de conciliar com o rígido controle do partido. O soft power chinês também é prejudicado pelas disputas territoriais com os vizinhos. Criar um Instituto Confúcio

para ensinar a cultura chinesa em Manila não vai gerar atração se os navios da marinha chinesa continuarem perseguindo barcos de pesca filipinos no Atol de Scarborough, que fica a menos de 320 quilômetros de sua costa (Nye, 2017, p. 2, tradução nossa)⁷

O autor também conta que em uma palestra em Pequim, enquanto estava sentado sozinho em um pódio cercado por flores e de frente para 1500 alunos da Escola de Marxismo da Universidade de Pequim, mencionou o assédio do

[...] grande artista Ai WeiWei como um exemplo de como um exemplo do supercontrole sobre a sociedade civil⁸. Houve um risinho discreto na plateia, mas ao final da minha palestra o reitor da Escola de Marxismo subiu ao palco e fez um longo e eloquente agradecimento pelo autor do conceito de soft power ter ido discursar na Escola. Conforme ele prosseguia, porém, percebi que meu tradutor estava omitindo uma grande parte do que ele dizia. Mais tarde, perguntei para um amigo canadense que falava mandarim e estava presente na primeira fila o que o reitor havia dito. Em resumo: “É uma honra ter o Professor Nye aqui, mas vocês, alunos, precisam entender que o uso que ele faz do conceito é excessivamente político e preferimos restringi-lo a questões culturais.

Com o tempo, notei que conceitos como o soft power são como crianças. Enquanto acadêmico e figura intelectual pública, você pode amá-los e discipliná-los enquanto são pequenos, mas a medida que crescem, eles se afastam e fazem novas companhias, boas e ruins. Não há muito o que se possa fazer a respeito, ainda que você tenha estado presente em sua criação. Como escreveu recentemente o cientista político de Princeton, Baldwin (2016) “A discussão de Nye sobre soft power estimulou e esclareceu os pensamentos de formuladores de políticas e acadêmicos – até mesmo daqueles que não entenderam ou discordaram de seus pontos de vista”. Talvez isso seja tudo o que se possa esperar” (Nye, 2017, p. 3, tradução nossa).⁹

⁷ No original: “China should realize that most of a country’s Soft Power comes from its civil society rather than from its government. Propaganda is not credible and thus does not attract. China needs to give more leeway to the talents of its civil society, even though this is difficult to reconcile with tight party control. Chinese Soft Power is also held back by its territorial disputes with its neighbours. Creating a Confucius Institute to teach Chinese culture in Manila will not generate attraction if Chinese naval vessels are chasing Philippine fishing boats out of Scarborough Shoal that lies within 200 miles of its coastline.” (Nye, 2017, p. 2).

⁸ Ai WeiWei é um artista plástico, documentarista e ativista chinês, nascido em Pequim, que foi investigado em abril de 2011 por fraude fiscal, sendo detido por 81 dias. Antes desse ocorrido, ele estava investigando a corrupção do governo no caso das escolas de Sichuan, após o escândalo dos projetos de “construções tofu” (豆腐渣工程) - termo cunhado por Zhu Rongji, ex-Primeiro Ministro da República da China para se referir aos prédios que, pela má qualidade da infraestrutura, colapsaram após o terremoto em Sichuan. No exterior, a prisão de Ai WeiWei foi percebida como um ato de censura chinês. O artista foi liberado após pressão internacional. Alguns jornais, no entanto, descrevem a censura como um ato em resposta ao apoio de Ai WeiWei à Revolução Jasmim em Pequim, Shangai e Guangzhou (Grammaticas, 2011).

⁹ No original: “we are flattered to have Professor Nye here, but you students must realize that his use of the concept is overly political and we prefer to restrict it to cultural issues.

With time, I have come to realize that concepts such as Soft Power are like children. As an academic or a public intellectual, you can love and discipline them when they are young, but as they grow they wander off and make new company, both good and bad. There is not much you can do about it, even if you were present at the creation. As the Princeton political scientist Baldwin (2016) has recently written, “Nye’s discussion of Soft Power stimulated and clarified the thoughts of policy makers and scholars alike—even those who misunderstood or disagree with his views”. Perhaps that is all one can hope for.” (Nye, 2017, p. 2).

Frente a essas observações do próprio autor, é útil recordar que os escritos de Nye devem ser sempre analisados dentro do contexto, algo que o próprio autor evidencia em alguns momentos ao apontar suas obras e conceitos estavam sendo aplicados fora de contexto e/ou eram mal interpretadas (Nye, 2017). Diante do declínio dos EUA no fim da Guerra Fria (1945-1991), ele publicou *Bound to Lead* (Nye, 1990), cunhando seu famoso conceito naquele momento (Nye, 2017). Uma década depois, retornou ao conceito para aprofundar sua análise frente aos Ataques do 11 de Setembro (2001), com *Paradoxo do Poder Americano* (Nye, 2002) e, seguida, publicou *Soft Power: The Means to Success in World Politics* (Nye, 2004c) para analisar o abalo do poder de atração dos EUA com a invasão do Iraque (2003).

Para que se construa uma conversa entre as teorias Ocidentais e o Soft Power chinês, é interessante discutir e acrescentar as teorias das relações internacionais asiáticas como um ponto de partida para a compreensão do trabalho. Buzan e Amitav Acharya (2009) escreveram uma obra que relata a investigação sobre as razões do porquê não se considerava a existência de uma Teoria de Relações Internacionais Não Ocidental e o que poderia ser feito para conter essa situação. O objetivo dos autores era principalmente o de apresentar a tradição de Teorias de Relações Internacionais Não Ocidentais para a comunidade acadêmica do Ocidente, a partir de um recorte asiático e, ao mesmo tempo, desafiar os teóricos de Relações Internacionais Não Ocidentais a questionarem a hegemonia da teoria ocidental sobre o tema.

Portanto, não se colocaram essas tarefas apenas para apontar um antagonismo com o pensamento ocidental ou para, supostamente, demonstrar as deficiências do pensamento não Ocidental. Eles partiram da constatação de que as Teorias de RI Ocidentais são ainda muito precárias em suas fontes e muito dominantes em sua influência para que pudessem servir a um projeto de compreensão mais ampla do mundo em que vivemos (Acharya; Buzan, 2009). A descentralização da produção acadêmica e perspectiva ocidental é, desse modo, vista como um meio de enriquecer a produção acadêmica em escala global, inclusive no que tange às teorias das RI.

Quando se trata do Soft Power Chinês, que foi baseado na teoria inicial de Nye, mas que acaba por receber novas características e se tornam únicas. Quando falado sobre o crescimento deste tema dentro da China, podemos ver que os observadores da política e relações internacionais chinesas podem ter falhado ao não notar o surgimento das referências do termo "Soft Power" na China nos últimos anos. Como afirma o professor da Faculdade Rajatnam de estudos internacionais Mingjiang Li (2009), os líderes políticos chineses têm prestado bastante atenção no crescimento e na prática do Soft Power chinês.

Um bom ponto de partida para entender a importância do Soft Power na política internacional da China é como o conceito é discutido entre a própria elite chinesa. Como eles interpretam o Soft Power? Por quê cresceu tanto e tão fortemente o interesse no Soft Power dentro da China? Qual o papel da elite chinesa acrescentar o Soft Power na política externa da China no último século? O professor Mingjiang Li (2009) chega em algumas conclusões.

Primeiro, tomadores de decisão e líderes de opinião chineses têm dado muita atenção ao destino do Soft Power deles. Segundo, o discurso chinês concorda largamente com a estrutura do conceito de Nye (2002, 2004c), mas não é estritamente limitado ao alcance desta conceitualização. Terceira conclusão, seria que mesmo que o Nye originalmente foque no Soft Power apenas como um instrumento de política externa, o Soft Power chinês também considera a política doméstica como um ambiente para exercer seu Soft Power como um modo de alcançar seus objetivos internos. Por último, a quarta conclusão, que o autor chega é que o Soft Power assim como exposto por analistas chineses, ainda é uma fraca ligação na busca da China por um poder nacional abrangente e amplamente percebida como ferramenta para fins defensivos, incluindo o cultivo de uma imagem melhor da China para o mundo exterior, corrigindo as percepções equivocadas dos estrangeiros sobre a China.

Longe da posição central de Nye (2002, 2017, 2004c), muitos analistas chineses atribuem grande importância à mídia de massa, acreditando que a capacidade e eficácia da massa A comunicação também é uma parte importante do Soft Power de um país. Os analistas chineses estão profundamente impressionados com o papel de liderança da mídia ocidental. De acordo com estatísticas chinesas:

No momento, as quatro principais agências de notícias ocidentais, a Associated Press, Associated Press, Reuters e Agence France-Presse, respondem por quatro quintos do total de notícias do mundo. As 50 maiores empresas multinacionais de mídia do Ocidente possuem 90% do mercado mundial de comunicações. Só os Estados Unidos controlam 75% dos programas de televisão do mundo. Em muitos países em desenvolvimento, 60% a 80% do conteúdo da TV vem dos Estados Unidos (Yao Xu, 2007, p. 93–94).

Segundo Mingjiang Li (2009) os americanos ocupam mais da metade do tempo total de exibição nos cinemas de todo o mundo, os filmes representaram apenas 6,7% da produção cinematográfica total global. O domínio do Ocidente nos campos da mídia e da comunicação de massa levou a sua "hegemonia cultural" ou "imperialismo da mídia". Existem vários estudos que desafiam ou criticam o conceito de Nye. Por exemplo, um estudioso acredita que a fonte do Soft Power deles vêm de três dimensões: poder institucional, identificar o poder refere-se à capacidade de um eEstado de influenciar outros estados por meio do reconhecimento deste

último de seu papel de liderança. Finalmente, assimilar o poder refere-se à atração de valores culturais, ideologia e sistema social do estado.

Yan Xuetong (2007) acredita que o Soft Power existe no poder político, e o poder político só existe nos sistemas políticos, normas e credibilidade, não na cultura. Zhu Feng (2007) acredita que o Soft Power não tem nada a ver com a fonte de poder, mas sim se a comunidade internacional aceita a política e as escolhas estratégicas de um país e em que medida essas escolhas são do interesse da maioria dos países e em que medida essas escolhas são do interesse da maioria dos países. Em termos da relação entre hard power e Soft Power, alguns analistas chineses parecem estar mais dispostos do que Nye a enfatizar a inseparabilidade do hard power e do Soft Power. Por exemplo, eles argumentaram que além do Soft Power e hard power serem forças complementares (smart power), o Soft Power pode promover o crescimento do hard power.

Outro estudo de Zheng Yongnian e Zhang Chi (2007) criticou a dicotomia de Nye entre hard power e Soft Power, argumentando que, de acordo com o contexto, qualquer fonte de energia pode ser hard e soft, e o Soft Power da China é mais bem representado no “modelo chinês”. Outro estudioso, Men Honghua (2007), identificou cinco elementos-chave do Soft Power: cultura, valores, modelo de desenvolvimento, sistema internacional e imagem internacional. Isso ajudará a aumentar a influência internacional da China, da medicina tradicional chinesa às histórias de sucesso econômico da China, à cultura esportiva e aos programas de intercâmbio educacional.

Pequim vê o Soft Power como uma ferramenta que pode ajudar a mitigar, a longo prazo, a teoria da “ameaça da China”, bastante difundida não apenas regionalmente, como também globalmente. O uso que a China faz do seu Soft Power tem a intenção de aumentar a consciência das intenções dos seus líderes e convencer também a comunidade internacional da natureza pacífica da sua emergência e das oportunidades que representa para seus parceiros (Duarte, 2012). Por outro lado, as autoridades chinesas deram-se conta de que investir em uma “estratégia de influência” pode ser uma opção efetiva, especialmente no momento em que os Estados Unidos parecem estar perdendo seu Soft Power.

A China de fato trabalhou muito para melhorar o Soft Power. Esses esforços incluem a realização de vários eventos culturais de grande escala em outros países, o investimento de muitos recursos financeiros para construir uma imagem melhor da China, o aprimoramento das capacidades de comunicação internacional da mídia de massa e o patrocínio dos Institutos Confúcio em todo o país. Apesar desses esforços, os intelectuais chineses parecem estar cheios de incertezas sobre o destino final do Soft Power, muitos trabalhos de analistas chineses

mostram sua eficácia. Resumidamente: “O poder brando ainda é o ponto fraco de Pequim, e a China ainda tem um longo caminho a percorrer antes de se tornar um verdadeiro líder global” (Huang; Ding, 2006, p. 41) ¹⁰.

Se utilizará das noções do termo "Consenso de Pequim", este que foi criado em 2004 pelo consultor americano Joshua Cooper Ramo como uma forma de deixar mais clara as ações do Soft Power Chines. Ramo (2004) descreve o sucesso do modelo em três princípios: compromisso com inovação e experimentação; busca de melhorias na qualidade de vida com “gerenciamento do caos” e independentemente da renda per capita; autodeterminação e soberania.

Ramo (2004) considera que o Consenso de Washington era um bom manual que atrai investimentos e esses são feitos para a classe alta (banqueiros) e idealizados por eles mesmos, por outro lado o de Pequim não ignora a geopolítica e busca melhorar a sociedade. Ramo (2004) também admite que, dado o tamanho da China, com 1,4 bilhão de habitantes, seu modelo é único e dificilmente replicável. Aponta, porém, que outros países em desenvolvimento podem ser inspirados a trilhar um caminho próprio para o seu desenvolvimento, com soluções diferentes para problemas diferentes.

Desse modo, o soft power de um país é “altamente dependente de sua imagem global e prestígio internacional” (Caruso, 2020, p. 55, tradução nossa) ¹¹. A PECh combina diplomacia e soft power para projetar uma imagem internacional positiva. No entanto, ela o faz de modo que a completa diferenciação entre estrutura política e econômica dos investimentos em educação, presentes por exemplo nos Institutos Confúcio, não sejam possíveis. Ainda assim, a história das relações sino-africanas é longa e possui dinâmica própria. As cooperações que se referem ao ensino superior (abordadas no capítulo seguinte) fazem parte dos interesses chineses em preservar sua territorialidade e reafirmar sua soberania (Caruso, 2020).

Por fim, utilizar estas ferramentas teóricas, que nascem com as ideias do Nye e crescem e se transformam no que hoje é o Soft Power chinês é inevitável e necessário. Entender de onde essa ideia surge e observar ao longo dos anos se tornando algo real e prático só é possível quando encontramos as peculiaridades de cada uma destas teorias.

Portanto, esta seção explicita conceitos teóricos das RI e os contextualiza de acordo com a experiência chinesa e o que já foi produzido sobre ela. É preciso observar, no entanto, que se utilizará das noções do termo “Consenso de Pequim”, criado pelo consultor americano Joshua

¹⁰ No original: “Soft Power remains Beijing' underbelly and China still has a long way to go to become a true global leader” (Huang; Ding, 2006, p. 41).

¹¹ No original: “heavily dependent upon its global image and international prestige.” (Caruso, 2020, p. 55).

Cooper Ramo (2004) como uma forma de deixar mais clara as ações do Soft Power Chinês. Segundo o autor, o sucesso desse modelo se baseia em três princípios: (1) autodeterminação e soberania; (2) compromisso com inovação e experimentação; e (3) busca de melhorias na qualidade de vida com “gerenciamento do caos” independentemente da renda *per capita*. Em razão disso, as próximas subseções serão organizadas de acordo com estes princípios, abordando em cada uma como isso se reflete na política externa para o Quênia.

2.1. AUTODETERMINAÇÃO E SOBERANIA

O conceito de soberania ficou em evidência no século XX apesar de surgir de forma concomitante à formação do Estado moderno europeu, apenas sofrendo alterações até alcançar a definição contemporânea. Segundo Dallari (2016), o conceito já foi tão amplamente estudado que acabou sendo prejudicado, tornando-se cada vez menos preciso e abrindo margem para distorções ditadas por conveniência. Apesar de ser frequentemente utilizado como símbolo para conquistar simpatias, o conceito de soberania continua a ser uma das bases da ideia de Estado Moderno.

Em “Política” (2019), Aristóteles aborda a cidade-Estado em relação à cidade, argumentando que a primeira configurava forma superior de organização por ser dotada de autarquia, ou seja, era autossuficiente. Mas o contexto em que o autor se encontrava ainda não era propício para que um conceito como o de soberania surgisse, porque não se fazia necessário refletir sobre a oposição entre o poder do Estado e outros poderes. Não havia condições para limitar os assuntos privados, uma vez que as atribuições do Estado eram muito específicas e quase exclusivas aos assuntos ligados à segurança (Dallari, 2016).

Para Onuf (1991), o conceito de soberania deriva da literatura que abordava tanto a questão dos bens comuns, a virtude e formas de governo, quanto a ênfase no poder e suas prerrogativas comuns em impérios. Foi com *Six Livres de La Republique* (1576), que Jean Bodin abordou o conceito como um poder supremo sobre os cidadãos e outros sujeitos, sem restrições da legislação, colocando-o assim como algo absoluto, perpétuo e indivisível. Seu conceito foi criticado pelos cientistas políticos seguintes, mas ainda marca o início do registro sistematizado dele (Bodin, 1992).

Segundo Dallari (2016), é importante reparar que a leitura completa de Bodin (1992) mostra que o autor tomou como padrão, sobretudo, a realidade francesa para fazer suas constatações, justificativas e apreciações de modo que estas são “mais do que a revelação de sua própria concepção do que haveria de ser a autoridade real” (Dallari, 2016, p. 83). Bodin

(1992) conceitua a República como “um direito de governo de muitas famílias e do que lhes é comum, *com um poder soberano*” (Dallari, 2016, p. 83, grifo do autor). A soberania seria, então, “*o poder absoluto e perpétuo de uma República, palavra que se usa tanto em relação aos particulares quanto em relação aos que manipulam todos os negócios de estado de uma República*” (Dallari, 2016, p. 83, grifo do autor). Sendo que o poder absoluto expresso na não-limitação da soberania “em poder, nem por cargo, nem por tempo certo. Nenhuma lei humana, nem as do próprio príncipe, nem as de seus predecessores podem limitar o poder soberano” (Dallari, 2016, p. 83). As únicas limitações são as leis *divinas e naturais* (Dallari, 2016).

Adicionalmente, Bodin (1992) agrega que “seja qual for o poder e a autoridade que o soberano concede a outrem, *ele não concede tanto que não retenha sempre mais*” (Dallari, 2016, p. 83, grifo do autor). Logo, a soberania “coloca o seu titular, permanentemente, acima do direito interno e o deixa livre para acolher ou não o direito internacional, só desaparecendo o poder soberano quando se extinguir o próprio Estado” (Dallari, 2016, p. 83). A inalienabilidade como característica da soberania, porém, só aparece depois (Dallari, 2016).

A partir do Tratado de Westfália (1648), a literatura acompanhou as modificações no modelo estatal vigentes e suas funções para aplicar o termo em questão (Thomson, 1995). Um século depois dele, em *Do contrato social* (1762), Rousseau deu grande ênfase ao conceito de soberania e transferiu a titularidade da pessoa governante para o povo. Ele coloca a soberania como corpo político ativo inalienável e indivisível. Afinal, enquanto exercício da vontade geral ele torna-se inalienável e indivisível porque expressa a vontade do todo, não das partes (Dallari, 2016; Rousseau, 2011).

Como no século XX ocorreu o aperfeiçoamento da doutrina jurídica do Estado, a soberania passa a ser indicada como uma das características estatais, tornando-se um dos temas fundamentais do direito público e sendo utilizada no desenvolvimento de uma teoria jurídica da soberania completa (Dallari, 2016). Apesar de ser entendida de diversos modos, a soberania é uma noção que está “sempre ligada a uma concepção de poder, pois mesmo quando concebida como o centro unificador de uma ordem está implícita a ideia de poder de unificação” (Dallari, 2016, p. 85). Neste contexto, a relação entre essas unidades políticas, os soberanos, têm sua própria soberania, onde seu núcleo é a política de poder. Como diz Raymond Aron (1986, p. 189, tradução nossa): “O Estado não reconhece que a arbitragem, tribunais ou leis são superiores, ou lei superior à sua vontade; em consequência, sua existência e segurança são atribuídas a eles mesmos e seus aliados”.

Por sua vez, a soberania implica tanto reconhecimento do Estado moderno como poder supremo dentro de seu território, quanto predomínio da igualdade entre todos os Estados

soberanos. Se de um lado o conceito de soberania, que é sustentado por Jean Bodin, em sua obra *De la republique* (1576), como sendo a suprema autoridade de um Estado sobre seus cidadãos e súditos, está tornando-se obsoleto; de outro, esse conceito continua muito vivo no cenário internacional, porque nas relações internacionais predomina a autoridade soberana do Estado. Este detém a autoridade suprema e não partilha essa qualidade com nenhuma outra unidade política conhecida como Estado-Nação.

Como efeito, várias teorias surgiram ao longo da história, caracterizando-as e contextualizando-as nos aspectos mais diversos. A origem da soberania, ou do povo, tem uma natureza absoluta ou relativa, e mudanças no tempo, lugar e movimentos sociais promoveram mudanças tremendas no mundo ocidental. Com o advento da globalização, a distância entre os países está cada vez mais próxima e as fronteiras cada vez mais curtas, o que favorece o surgimento de um direito internacional cada vez mais abrangente e positivo.

Para Dallari (2016), a intervenção do Estado na vida privada está quase inteiramente voltada para as questões previdenciárias e tributárias, não permitindo a hierarquização do poder social, portanto essa relação ainda não existe entre as pessoas. Sem essa relação, o poder se sobrepõe para regular os direitos e as liberdades individuais, e não há necessidade de se falar em soberania. Segundo Rosenberg (1990) e Thomson (1995), também existem obras que abordam direitos humanos, não-intervenção, meio ambiente e outros problemas em conjunto com o conceito de soberania, problematizando à sua divisibilidade e autoridade do governo.

Como diz Dallari (2016, p. 86), a soberania é “o poder de organizar-se juridicamente e de fazer valer dentro de seu território a universalidade de suas decisões nos limites dos fins éticos de convivência.” Sob um ponto de vista estritamente jurídico, a soberania é “o poder de decidir em última instância sobre a atribuição das normas, vale dizer, sobre a eficácia do direito.” (Dallari, 2016, p. 80). Segundo este autor, a grande maioria dos estudiosos do tema entende a soberania como indivisível, inalienável e imprescritível. Do ponto de vista da relação entre Estados, a soberania pode ser entendida como um poder que o Estado tem de se conduzir segundo os seus interesses e valores, nos limites do direito. A soberania, então, é a independência de um Estado em relação aos outros.

Desse modo, a soberania é um aspecto valorizado pelos Estados tanto pelo seu uso emocional, quanto por sua relevância no direito internacional (Dallari, 2016). Quando Nye (2017) aborda o Soft Power como o poder de influenciar outros países a fazer o que se deseja sem que haja coerção, faz-se necessário também compreender como os países entender os efeitos do Soft Power sobre a própria soberania.

3.O QUÊNIA E A CHINA

O caso do Quênia, por exemplo, é semelhante à maioria dos Estados africanos, pois conquistou sua independência na década de 1960, em meio à Guerra Fria (1945-1991). Naquele momento, a identidade queniana vinha se formando a partir do colonialismo europeu porque este contribuiu para que diferentes grupos se reconhecessem como uma unidade: os colonizados (Mazrui, 2010). As identidades étnicas anteriores, suprimidas pelas décadas de subjugação, estavam dando lugar à uma consciência identitária nacionalista que permaneceu durante o curso da Guerra Fria como uma resposta à pressão externa (Keller; Rothchild, 2009).

Até então, os britânicos viam o Quênia como uma colônia de povoamento e seus colonos utilizavam o Conselho Legislativo para pressionar a administração colonial e frear qualquer política contrária aos seus interesses. Em meio à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a colônia foi explorada para manter o esforço de guerra dos colonizadores, de modo que a doutrina da preponderância dos interesses africanos era percebida pelos quenianos como uma política vazia (Crowder, 2010).

Nesse cenário, a Kenyan African Union (KAU) enviou um memorando para o secretário de Estado britânico para as colônias, onde escreveram:

Os distúrbios atuais são devidos, em larga medida, ao fato dos africanos não estarem suficientemente associados à máquina governamental, o que lhes proporcionaria o sentimento de serem elementos ou verdadeiros parceiros do governo do país. Isto tem como dupla consequência, privar o governo da opinião refletida dos africanos na definição da sua política e, inclusive, criar no espírito do povo a impressão que o governo não age segundo os interesses dos africanos, em razão da sua composição. No curso dos últimos trinta anos, enquanto as demandas da comunidade europeia eram rapidamente satisfeitas, constantemente ignorou-se aquelas da comunidade africana. Isto conduziu o africano comum a pensar que unicamente um governo que fosse o seu, e nenhum outro, seria capaz de defender os seus interesses (Twaddle, 2010, p. 278).

Após os principais responsáveis pela KAU serem presos, ela tornou-se um grupo extra-parlamentar moderado que passou a ser liderado por Jomo Kenyatta (ver figura da página seguinte) em 1977, um ano após retornar de um exílio voluntário na URSS. Porém, Kenyatta era visto como extremamente suspeito pelos britânicos, desautorizados por aqueles que eram favoráveis aos mau-mau¹² e renegado por inúmeras pessoas relevantes da própria KAU (Twaddle, 2010). Ainda assim, o próprio memorando da KAU mostra que Kenyatta assumiu a presidência de um grupo que valorizava a autonomia e soberania africana (Twaddle, 2010).

¹² O movimento mau-mau pode ser entendido como uma revolta sem-terra (Twaddle, 2010).

Figura 01 – Jomo Kenyatta, presidente da Kenyan African Union (KAU), em 1946 ou 1947.



Fonte: Newlink Africa (1946) *in* Twaddle (2010, p. 280).

Isso não impediu Kenyatta de ser extremamente criticado quando passou a se aproximar da China. Após a conquista da independência, o Quênia buscava aliados em meio à Guerra Fria (1945-1989) e por isso o regime de Kenyatta (1964-1978) foi marcado pela aproximação do país à economia internacional e corporações multinacionais. Mas esse gesto foi percebido nacionalmente como neocolonialista, pois em meio à crescente relevância do Quênia independente, havia, em meio à Guerra Fria (1945-1989), uma disputa entre os britânicos, os EUA e o Bloco Socialista pela prevalência como principal parceiro político e financeiro. Tratava-se de um momento em que, semelhante a outros países do continente, os quenianos conquistaram certa margem de barganha na arena internacional (Sun, 2020).

Ainda assim, segundo Okumu (1973), a política externa queniana estava limitada por sua “pobre” (Okumu, 1973, p. 263) capacidade de atrair financiamento externo para seus planos domésticos de desenvolvimento. A perspectiva de Okumu (1973), em que o Quênia seria um país pobre e com pouca margem de negociação no cenário internacional, vem caindo por terra conforme a literatura histórica sobre o tema vem crescendo (Sun, 2020). Afinal, os países do Terceiro Mundo e atores não-estatais não eram atores passivos afetado unilateralmente pelas superpotências, podendo influenciar as ações dessas superpotências em alguns momentos (Sun, 2020; Westad, 2007). No caso queniano, houve uma busca por estabelecer um equilíbrio na balança de poder entre esses três parceiros potenciais, porém as mudanças na política externa chinesa alteraram essa dinâmica, desestabilizando-a (Sun, 2020).

Naquele período, a China estava nos primeiros anos de estabelecimento da República Popular da China (RPC) e havia aderido à política externa de Apoio a um Lado (*Leaning to One Side*, 边倒) baseado na crença de que a China naturalmente pertenceria ao bloco socialista. Com a adesão aos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica (和平共处五项原则) no Acordo Sino-Indiano de 1954, posteriormente incluído na Constituição da República Popular da China, assim como em resoluções e declarações, a China passou a expandir e estabelecer acordos com múltiplos países asiáticos e africanos. Também criou o Departamento de Assuntos Africanos no seu Ministério de Relações Exteriores (MFA). Por meio desse departamento, quase imediatamente após as cerimônias de independência do Quênia, em 1963, o novo governo queniano enviou publicamente uma delegação para os EUA para assegurar a continuidade das relações econômicas. Outra delegação foi enviada em segredo para Pequim, conectada à Odinga: a Associação de Amizade Sino-Africana. Na época, os chineses buscaram se aproximar tanto das alas mais radicais, quanto das mais moderadas (Sun, 2020).

Apesar dos receios, Kenyatta nunca foi à China. Durante seu governo, as relações sino-quenianas foram marcadas por interações pontuais quando se trata de cargos diplomáticos mais altos. Anos depois, porém, o presidente Moi visitaria a China três vezes (1980, 1998 e em 1994) (Mogaka, 2011). Além disso, apesar da oferta chinesa ter sido considerada generosa durante o governo Kenyatta (Sun, 2020), a proposta de assistência técnica e investimentos chinesa durante o governo Moi foi muito maior. Foi nesse período que a China passou a construir hospitais, estradas e até mesmo um estádio de esporte no Quênia (Mogaka, 2011).

Abaixo, foto de Kenyatta e Odinga com o ativista e político Anchieng Oneko e o líder do sindicato queniano, Makhan Singh:

Figura 02 – Da esquerda para a direita, Anchieng Oneko, Jomo Kenyatta, Makhan Singh e Oginga Odinga, 1961.



Fonte: Chandan (1961).

A aliança firmada entre quenianos e chineses lá no governo Kenyatta incomodou os britânicos, que se preocupavam com os grupos favoráveis à radicalização na elite queniana, ampliando seu interesse em frear o possível avanço do comunismo por meio de estratégias de Hard e Soft Power chinesas, especialmente porque a delegação britânica na China reportou um grande projeto de irrigação no Rio Tana mesmo que a real promessa chinesa fosse muito mais generosa. Ademais, assim como outros países africanos, para o Quênia o auxílio técnico e o comércio eram mais importantes do que qualquer propaganda política, sendo a preferência queniana pela China uma expressão de sua preferência pelos benefícios econômicos em vez de uma afinidade ideológica. Enquanto as propostas soviéticas e ocidentais para o país eram similares entre si, a China ofertava acordos de cooperação econômica em que os empréstimos não possuíam juros. O Ocidente, no entanto, ao analisar essas ações desconsiderava os mecanismos envolvidos nos acordos chineses, focando no possível Soft Power que acreditavam ocorrer e a potencial adesão africana ao bloco socialista (Sun, 2020).

No cenário interno, a China não era a única inclinada na direção socialista. assemelhava mais a um plano econômico do que a uma ideologia política e/ou ideológica, sendo percebido como uma forma de solucionar um problema prático, mas a morte de Pio Gama Pinto, um

político queniano de etnicidade asiática, acentuou as tensões entre a ala radical e a pró-Occidente no parlamento queniano. Interpretada pelo Ocidente como um assassinato racialmente motivado, essa morte abalou o grupo de Odinga e alterou a arena política do país, levando à acusações de um grupo de líderes da União Nacional Africana do Quênia (KANU) de que os comunistas chineses estariam envolvidos em um esquema de tráfico de armas para derrubar o governo de Kenyatta. Desse modo, incentivou-se o crescimento do ódio anti-chinês. No entanto, Kenyatta não desejava um atrito com Odinga e apenas negou publicamente e oficialmente as alegações, preferindo manter a balança de poder no país. O único atrito claro foi a expulsão de um jornalista chinês, Wang Teming, quando Kenyatta descobriu que da Embaixada da China era possível ativista um campo de treinamento queniano (Sun, 2020).

A situação mudou com a Revolução Cultural (1966), quando a China passou por uma deterioração de suas relações diplomáticas com outros países. Com os países africanos expressando seu descontentamento com a estagnação da descolonização e a instabilidade interna de vários deles e a disputa por poder na China, Odinga não podia mais contar com o patrocínio chinês. No Quênia, a distribuição panfletária pró-Mao na embaixada e as ações da representação diplomática no país foram vistas de forma negativa ao serem entendidas como críticas à ideologia política nacional, enquanto a Embaixada Chinesa criticou o envolvimento de ministros quenianos em alguns protestos anti-China em 1966.

O antagonismo cresceu em 1967, quando a vidraça da Embaixada Chinesa contendo a imagem de pessoas estudando os ensinamentos de Mao foi quebrada. O Quênia se negou a exercer ações imediatas sobre o caso e, com o relatório informando que a China incentivou seus diplomatas a encorajarem sentimentos revolucionários na África, aprovou uma resolução anti-China em 1967, os declarou *persona non grata* e proibiu publicações de editoras chinesas no país (Sun, 2020). A panfletagem talvez não tenha sido a razão principal por trás desse esfriamento das relações, uma vez que no mesmo período Benim, Burundi, Níger, Tunísia e a República Centro-Africana também se afastaram da China. Apesar de que, nos debates parlamentares esses casos eram citados em meio às discussões sobre atividades subversivas chinesas (Mogaka, 2011). Com a questão da transferência dos conflitos do centro para a periferia, o temor queniano de que a China participasse na desestabilização do país era válido (Ayoob, 1983, 1991; Mogaka, 2011).

Nesse momento, é possível entender a entrega de panfletos pela China como uma iniciativa de *Soft Power* já no fim da década de 1960 (Nye, 2004c; Sun, 2020). Afinal, não só a China possuía problemas com terras sendo abordados em sua reforma agrária, como também o Quênia (Twaddle, 2010; Twitchett; Fairbank, 2008). Ambos os países possuíam

posicionamentos anti-imperialistas, em maior (China) ou menor (Quênia) medida (Mazrui; Wondji, 2010; Twitchett; Fairbank, 2008).

A crítica ao imperialismo era, inclusive, um ponto de contato para construir as relações entre os países, como observado na visita de Odinga à China (Sun, 2020). Lênin (2011) definiu o imperialismo como um fenômeno do desenvolvimento capitalista (capitalismo monopolista). Segundo sua tese, o imperialismo possui forte tendência a centralizar a produção em crenças e cartéis, formando grandes monopólios que desempenham um papel decisivo na vida econômica (Lapidus; Ostrovitianov, 1944; Lênin, 2011). Ele também funde o que hoje podemos compreender como Hard e Soft Power do capital bancário com o industrial, criando, a partir desse capital financeiro, um poderoso financista (burguesia) (Lapidus; Ostrovitianov, 1944; Lênin, 2011; Nye, 2004c). Outra característica sua é que a exportação de capitais tem importância decisiva, ao contrário da exportação de bens, e que as grandes potências capitalistas dividem o mundo, criando esferas de influência e ocupando territórios. Desse modo, para conseguir a divisão do território no mundo, uma luta acirrada é travada entre as grandes potências, entre os países capitalistas. Isso não exclui novos estoques (Lênin, 2011).

Os capitalistas não compartilham o mundo movido pela adversidade, mas sim de acordo com o capital, o grau de concentração que alcança e os novos mercados que requer, e de acordo com o poderio militar de cada nação e as capacidades variam de acordo com as condições econômicas e políticas de formação social. Se no centro do sistema internacional há tensão entre Estados capitalistas, na periferia os oligarcas estendem sua rede de dependência financeira e diplomática às colônias e semicolônias (os Estados são oficialmente independentes, mas econômica e politicamente subordinados) (Lênin, 2011). É nesse tipo de contexto que a China pode buscar, no uso de seu *soft power*, angariar aliados cujo posicionamento da política externa seja favorável à soberania e autonomia (Li, 2009).

Em suma, para Lênin (2011), capitais que são exportadas caracterizam o imperialismo que se dá em um contexto global no qual as classes dominantes se dividem em formas sociais nacionais, cujo poder é representado pela força do respectivo Estado nacional. A exportação de capital envolve a mediação dos Estados e coloca suas classes dominantes em um confronto potencial. Sua conclusão foi que a acumulação durante o período de capitalismo monopolista deu origem a uma tendência para guerras entre capitalistas. Ou seja, o imperialismo leva à guerra. Se o Estado é imperialista, então a guerra travada por esta nação (ou por grupos de nações, como na Primeira Guerra Mundial, com os acordos diplomáticos secretos) é imperialista. A guerra é o resultado do imperialismo e da natureza de classe, travada pelas nações e suas classes dominantes, nas condições históricas do capitalismo monopolista. Assim,

a guerra é um meio político e violento de perseguir políticas condicionadas por seu estágio histórico de desenvolvimento.

Isso porque a guerra é travada pelos capitalistas pela partilha das vantagens obtidas pela dominação do mundo, pelos mercados financeiros (bancos), pelo capital, pela subjugação dos povos fracos, etc. (Lenin, 2011). A guerra, que nada tem a ver com o proletariado, é um ato da burguesia aliada aos servidores do Estado. São até diplomatas que celebraram tratados cujo conteúdo prometia lucros aos capitalistas – um pilar da diplomacia da época, segundo Lênin – saqueando países, caso contrário os tratados são mantidos em segredo pelas nações de todos os países. Por ser tão pervasivo, os revolucionários do século XX acreditavam que a única forma de se libertar do imperialismo seria um rompimento total com o mercado econômico internacional, realizando um desenvolvimento autocêntrico. Além disso, entre os próprios marxistas o conceito não está claro (Gregor; Chang, 1982).

No marxismo clássico, por exemplo, Hobson (1965) argumentou que o aumento da quantidade de países industrializados está diretamente conectado com a falha em distribuir as commodities em uma ponta da cadeia de produção e o acúmulo do capital na outra, tendo por consequência uma busca frenética e irracional por suprimentos e por investimentos lucráveis. Para assegurar mercados estrangeiros consumidores, nações capitalistas buscam territórios “virgens” para empregar seu capital, seja por ataques militares, domínio político, exploração da população, alteração da cultura ou roubo de recursos.

No neomarxismo, as teorias sobre a dependência apresentam uma visão distinta, incorporando a função dos países no mercado internacional como parte da análise e observando a forma que a industrialização e modernização de países menos desenvolvidos funcionavam em termos de incorporação desses países no sistema internacional. Para os neomarxistas, Sun Yat-sen havia falhado em compreender o conceito de imperialismo (mesmo que o conceito mude entre marxistas e neomarxistas) e, conseqüentemente, antecipar os horrores que o imperialismo causaria na China quando decidiu aceitar ajuda internacional como parte de suas políticas. Porém Sun não via o imperialismo como um fenômeno essencialmente econômico, e sim uma opressão que precisava de um cenário de disparidade de força (poder) econômica, política e militar em que o oprimido não possuía articulação política e/ou capital estrangeiro a seu favor, além de estar militarmente em desvantagem. Sun Yat-sen acreditava que, para combater o avanço capitalista inimigo, a China precisava se industrializar rapidamente e estabelecer relações e comércio com o máximo de nações possíveis, de forma a resistir às depredações imperialistas inimigas (Gregor; Chang, 1982). É em meio à essa estratégia que se encontram as aproximações chinesas com o Quênia.

No fim da década de 1960, pouco após a expulsão do jornalista chinês, as publicações em periódicos africanos sobre a revolução chinesa descreviam uma situação mais violenta do que o que de fato aconteceu, contribuindo para a construção de um imaginário negativo entre os quenianos. Ainda assim, a crise diplomática não comprometeu o comércio bilateral (Sun, 2020). Aliás, na década de 1970, em meio às pressões internacionais pelo reconhecimento de Taiwan, o Quênia optou por continuar reconhecendo a China. Esse posicionamento foi bem-visto pelos chineses e ajudou a aprofundar as relações bilaterais entre os dois países. Conforme os investimentos na infraestrutura queniana continuava, seu posicionamento favorável à política de Uma Só China se fortalecia (Mogaka, 2011).

Desse modo, Sun (2020) argumenta que a relação sino-queniana durante a década de 1960 não só permitiu que o Quênia melhorasse seu entendimento sobre a situação doméstica chinesa e sua perspectiva política, como também adquirisse benefícios materiais deste país. Ao optar pela China como parceira ao invés dos países líderes dos dois grandes blocos, houve a decisão pelo uso de um poder de barganha mesmo quando considerado internacionalmente como um país “fraco” na arena internacional da época. Entre os ganhos estavam a cooperação técnica viabilizada pelo contato, assegurando benefícios materiais para o Quênia após considerações sobre os termos da aliança em vez de questões ideológicas.

Adicionalmente, o contexto da Guerra Fria permitiu que os líderes do país lidassem com seus oponentes e dissidentes domésticos no momento de instabilidade pós-independência. Ainda que houvesse movimentações antichinesas no governo queniano, Sun (2020) argumenta que as relações entre os dois países sofreram mais por causa da Revolução Cultural¹³ do que essas disputas domésticas. Ademais, apesar das limitações chinesas em conseguir e analisar informações sobre o Quênia, houve um crescimento contínuo das relações mesmo com as diferenças ideológicas e controvérsia política.

Adicionalmente, existe uma continuidade entre os governos Moi e Kibaki, mantendo a cordialidade com a China e permitindo a entrada de empresas chinesas para desenvolver a infraestrutura queniana. Desde o governo Moi, a China vem financiando construções e melhorando algumas das principais estradas do Quênia. O interesse atual em cooperação técnica no campo da engenharia civil, por exemplo, pode ser um reflexo atual da confiança dada pelos quenianos ao trabalho executado pelos chineses desde o governo Moi (Mogaka, 2011). Além disso, a elite queniana no governo Kenyatta acreditava que a China era um parceiro pouco

¹³ A Grande Revolução Cultura Proletária (1966 – 1968) foi um caso de mobilização popular em busca da pureza revolucionária em um contexto pós-revolucionário, idealizada como uma contribuição à China e ao Marxismo-Leninismo.

confiável, subdesenvolvido e politicamente instável, o que se refletia na Política Externa defensiva (Mogaka, 2011).

Outro ponto é que, assim como o comportamento cauteloso dado no governo Kenyatta (Sun, 2009), a Política Externa Queniana para a China ainda é reativa. Apesar de ser beneficiada pelas ações chinesas, esses projetos tendem a ser propostos pela própria China ao invés de serem solicitados pelo Quênia. Esse comportamento reativo é, provavelmente, resultado da preferência queniana pelo fomento de relações com o Ocidente (Mogaka, 2011).

Do pouco que foi encontrado, percebe-se que, historicamente, o Quênia apresenta certa resistência à possibilidade de assimilação cultural ou até mesmo cooptação política. Que o maior incidente diplomático nas relações bilaterais desses países na Guerra Fria tenha ocorrido por causa da distribuição de panfletos mostra que influências ideológicas são malvistas pelos quenianos, enquanto cooperações no desenvolvimento estatal são apreciadas (Huang; Ding, 2006; Sun, 2020). Por outro lado, mesmo diante de momentos de hostilidades demonstradas nas movimentações políticas domésticas do Quênia, a Embaixada Chinesa manteve uma postura pacífica que pode ser entendida como passiva. No entanto, ela não só está de acordo com a base confucionista (Mendes, 2011), como também favorece a manutenção da multilateralidade valorizada pelo país (Gregor; Chang, 1982).

Adicionalmente, enquanto país participante do Movimento dos Países Não-Alinhados (NAM) até a atualidade, o Quênia, tal qual os outros países africanos, expressa um desejo de não se restringir à formações de alianças com grupos específicos ocidentais (Dinkel, 2019). O tipo de flexibilidade almejada por sua Política Externa é, de certa forma, suprido pela PECh justamente porque parte dos princípios defendidos no NAM e na PECh são os mesmos (Alden, 2007; Dinkel, 2019).

Desse modo, enquanto o Soft Power chinês em termos securitários se volta para o controle do seu entorno geoestratégico, de modo a conter influências imperialistas ou formações de coalizões anti-chinesa (Gregor; Chang, 1982; Nye, 2017), também ocorre o interesse em compreender participar da distribuição de poder em outras regiões (Gregor; Chang, 1982). A China usa esse artifício não para impor sua cultura sobre os outros por meio dos Institutos Confúcio, mas como uma forma de compreender o mundo e ser compreendida por ele com o objetivo de manter a estabilidade do PCC, o crescimento econômico e sua integridade territorial (Alden, 2007; Cheng, 2009). Com os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica (respeito mútuo pela soberania/integridade territorial, não agressão, não ingerência, igualdade, benefício mútuo), a PECh consegue estabelecer uma base atrativa para os países africanos (Alden, 2007; Mendes, 2011; MFA, s/a).

Aliás, os Cinco Princípios nascem de séculos de cultura chinesa, sendo influenciados pelo daoísmo e confucionismo. Essas duas filosofias refletem sobre a origem do poder e estabelecem os cinco princípios confucianos da boa governança, sendo eles: benevolência, retidão, propriedade, sabedoria e a confiança. Esses elementos devem, na filosofia chinesa, guiar os líderes e suas políticas. No entanto, teoriza-se que o Soft Power presente na PECh, apesar de adotar esses valores, está mais centrado na necessidade de utilizar o poder adquirido como meio de enfrentar os problemas da modernização ao enfatizar a segurança cultural e a proteção da imagem nacional. A projeção de si mesma como exemplo a ser seguido, como referência civilizatória, é uma estratégia de Soft Power que está presente na PECh desde suas eras imperiais (Caruso, 2020).

A Crise Econômica de 2008, nos Estados Unidos colocou a China novamente em evidência (Nye, 2010). Enquanto na Guerra Fria ela aparecia como alternativa viável aos blocos socialista e capitalista (Sun, 2020), no século XX ela reaparece como potencial liderança mundial a substituir a posição dos EUA. Em meio às teorias acerca de mudanças de liderança econômica e críticas ao modelo financeiro estadunidense, o soft power chinês cresceu na Ásia e em outros países em desenvolvimento. O Consenso de Pequim passou a ser observado como um substituto ao Consenso de Washington (Nye, 2010).

Nye (2010) argumentava que o Soft Power chinês poderia, em termos ideológicos, atrair outros países autoritários e repelir os democráticos. Mas o que realmente atrai ambos os tipos é a perspectiva da entrada de um grande mercado na arena internacional. Aproveitando seu crescimento econômico, a China investiu na produção de estudos sobre Soft Power desde 1990, a ponto de o termo fazer parte da língua oficial e do presidente Hu Jintao (2003-2013) discursar que o Partido Comunista Chinês (PCC) deveria “melhorar a cultura como parte do Soft Power do nosso país... Um fator de importância crescente na competição pela força nacional geral.” (Nye, 2010, p. 145, tradução nossa)¹⁴.

Quando se pensa, em Men Honghua (2007), a projeção internacional chinesa como elemento de Soft Power, a crise econômica de 2008 discutida por Nye (2010) funcionou, também, como um meio para a China se projetar para o mundo como um país economicamente estável e próspero, cuja cooperação econômica é mutuamente benéfica. Além de apresentar seu modelo econômico como um “caso de sucesso”, a China utilizou o momento e os anos

¹⁴ No original: “enhance culture as part of the Soft Power of our country... a factor of growing significance in the competition in overall national strength.” (Nye, 2010, p. 145).

seguintes para expandir sua nova estratégia de desenvolvimento, a qual é flexível o suficiente para que mal seja classificada como uma doutrina (Nye, 2010; Ramo, 2004).

Nesse tipo de dinâmica, é válido se perguntar se o papel da China na África é o de parceiro de desenvolvimento, competidor comercial ou de colonizador. A China é um parceiro africano desde que se tornou a RPC, já que seu governo tem uma política externa que se conforma com os interesses e necessidades africanas mais do que qualquer outra potência externa. O distanciamento espacial, que a retira da posição vizinho e potencial ameaça securitária imediata pode ter contribuído para essa característica. Seu poder de investimento também a torna atrativa (Alden, 2007). De 2005 a 2018, por exemplo, a China investiu cerca de US\$299 bilhões no continente africano, com uma promessa de mais US\$60 bilhões em 2018 em uma das reuniões do FOCAC. Somava-se a isso outras formas de assistência ao desenvolvimento africano de uma forma que condições políticas não fossem estabelecidas para além do reconhecimento da política de Uma Só China. Com isso, passou a conseguir que múltiplos países africanos votassem junto a ela em organizações multilaterais, mesmo quando o objetivo era contrário ao de potências como os EUA. A assistência chinesa é, desse modo, uma ferramenta de política externa tanto bilateral quanto multilateral (Caruso, 2020).

Pequim vem, desde a Guerra Fria, aplicando uma perspectiva de política externa que reflete seus valores anti-coloniais e aspirações de desenvolvimento. Isso contribui para que ela seja percebida de forma mais positiva como aliado político, pois se projeta enquanto Estado pacífico e sem aspirações coloniais na África. Adicionalmente, enquanto potência econômica, as aspirações de desenvolvimento que se estendem às alianças econômicas são vistas como ações mutuamente benéficas que podem ter implicações significativas para os Estados Africanos (Alden, 2007).

Ainda na temática de autonomia e soberania, a possibilidade de a China tentar colonizar qualquer país africano é baixa. A política externa chinesa para a África carece de qualquer um dos marcadores do colonialismo, como a ideologia de missão civilizatória, as disputas territoriais e a imposição de acordos comerciais exclusivos e de benefício majoritariamente unilateral (Alden, 2007). Curiosamente, a China já foi um país que operava sob a ideia de superioridade no plano internacional, sendo até mesmo denominado Zhongguo, ou País do Meio, mas que há muito apresentava desinteresse no Ocidente. Combinado com os ideais confucionistas de obediência, estratificação social, e harmonia a história da PECh reflete a organização social interna e a valorização de alguns grupos, como os camponeses por seu papel alimentando a população, ou desvalorização pontual de outros, como os soldados pelo uso da violência que estes exerciam. Também refletindo essa organização, a PECh refletia e ainda

reflete a noção de hierarquia confucionista, de que não organiza os outros Estados do sistema internacional como países de igual status, mas como membros de posições hierárquicas distintas entre si (Mendes, 2011).

Por muito tempo, a guerra e o temor aos estrangeiros foram uma realidade alheia ao Império chinês, por isso o desenvolvimento de seu poderio bélico era defasado (Mendes, 2011). Com as invasões europeias e a Guerra do Ópio, no século XIX, o fim do século XX acompanhou o aumento do Hard Power chinês, incluindo seu ingresso no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) como membro permanente.

De acordo com Li Mingjiang (2008, p. 2), o Soft Power deixou de ser um conceito desconhecido para os líderes chineses", considerando que ele na verdade conquistou um lugar protagonista no discurso oficial que a China tem na política externa. Pequim vê o Soft Power como uma ferramenta que pode ajudar a mitigar, a longo prazo, a teoria da “ameaça da China”, bastante difundida não apenas regionalmente, como também globalmente.

O uso que a China faz de seu Soft Power demonstra uma busca pelo aumento da consciência das intenções de seus líderes, assim como convencer a comunidade internacional da natureza pacífica em que sua emergência ocorre e das oportunidades que ela representa para seus parceiros (Duarte, 2012). Por outro lado, as autoridades chinesas deram-se conta de que investir em uma “estratégia de influência” pode ser uma opção efetiva, especialmente quando os Estados Unidos parecem estar perdendo seu Soft Power. Mesmo que alguns teóricos aleguem que os EUA não estão em declínio (Nye, 2010; 2017).

Adicionalmente, devido à história em comum de exploração pelos imperialistas, sofrimento devido às guerras civis financiadas por Estados estrangeiros e impacto de projetos socialistas idealistas, existe uma base para a parceria entre China e Quênia no que tange ao posicionamento político doméstico e internacional desses países (Alden, 2007). A questão internacional geral tem grande peso nas relações entre Quênia e China. Na década de 1970, por exemplo, a ascensão da URSS no cenário internacional influenciou as relações sino-kenianas, gerando a aproximação de ambas. A nova mudança na distribuição de poder internacional que ocorreu com o fim da Guerra Fria em 1991 apenas intensificou essa proximidade, de modo que mudanças de governo no Quênia não alteraram as relações entre os dois países. O posicionamento queniano se tornou menos defensivo no governo Moi, pois este percebeu que a aproximação da China servia aos interesses quenianos e aos de seu regime (Mogaka, 2011).

Atualmente, a PECh utiliza o investimento como uma de suas principais ferramentas de Soft Power para a África. Este pode ser subdividido em duas linhas principais: (a) investimento em infraestrutura; e (b) investimento na área da educação. Ambos se retroalimentam porque as

bolsas de estudo na China são uma ferramenta importante para que o investimento na infraestrutura ocorra, mas requer que o investimento na educação ocorra primeiro (Caruso, 2020). A seguir, explora-se essas duas linhas de investimento.

3.1. COMPROMISSO COM INOVAÇÃO E EXPERIMENTAÇÃO O DESPERTAR DO DRAGÃO NA ÁFRICA ORIENTAL

A virada do milênio marcou o início de uma das transformações geopolíticas e econômicas mais profundas no continente africano: a consolidação da Nova Rota da Seda (*Belt and Road Initiative* - BRI) e o aprofundamento das relações bilaterais entre a República Popular da China e as nações africanas. No epicentro dessa estratégia na África Oriental encontra-se o Quênia. De 2000 a 2025, a relação entre Nairóbi e Pequim evoluiu de um intercâmbio diplomático cordial para uma parceria estratégica abrangente, redefinindo a infraestrutura, a economia e a dinâmica social do país africano. Este capítulo analisa criticamente as ações políticas, os programas de cooperação e as grandes obras de engenharia que moldaram a presença chinesa no Quênia ao longo deste quarto de século.

A presença chinesa no Quênia não ocorreu no vácuo; foi pavimentada por uma série de alinhamentos políticos e fóruns multilaterais que reconfiguraram a política externa queniana, tradicionalmente alinhada ao Ocidente. Em 2000, a criação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) estabeleceu o mecanismo institucional que institucionalizou o apoio financeiro e técnico chinês. O Quênia posicionou-se rapidamente como um dos principais beneficiários dos fundos soberanos chineses, canalizados através do *Exim Bank of China* e do *China Development Bank*.

Mapa 01 – Continente africano com destaque para o Quênia (2026)



Fonte|: pt.dreamstime.com, 2026.

Embora os laços tenham se fortalecido no governo de Mwai Kibaki (2002–2013), foi sob a administração de Uhuru Kenyatta (2013–2022) que a presença chinesa atingiu seu ápice. Enfrentando pressões e críticas de nações ocidentais devido a processos no Tribunal Penal Internacional (TPI), Kenyatta adotou a política *"Look East"* (Olhar para o Leste). A China ofereceu uma alternativa atraente: capital massivo para infraestrutura sem as condicionalidades políticas ou exigências de governança governamental típicas do Banco Mundial e do FMI.

Com a eleição de William Ruto em 2022, analistas previam um distanciamento de Pequim, dado o discurso de campanha focado na crise da dívida queniana. No entanto, a realidade do cargo impôs o pragmatismo. Entre 2023 e 2025, o governo Ruto buscou renegociar prazos de pagamento e atrair novos investimentos chineses, consolidando a percepção de que a parceria com a China é uma necessidade estrutural para o Estado queniano, independentemente da alternância de poder.

A cooperação sino-queniana estruturou-se além do concreto e do aço, abrangendo programas educacionais, transferência de tecnologia, segurança e comércio: a) Institutos Confúcio: Entre 2000 e 2025, foram estabelecidos quatro Institutos Confúcio no Quênia (na Universidade de Nairóbi, Universidade Kenyatta, Universidade de Egerton e Universidade de Moi). Estas instituições funcionaram como centros de difusão da língua e cultura mandarina, preparando a força de trabalho local para atuar em corporações chinesas. B) Bolsas de Estudo e Treinamento Técnico: Milhares de estudantes quenianos receberam bolsas de estudo do governo chinês para graduação e pós-graduação em universidades na China, com foco em engenharia, medicina e tecnologia da informação.

Na área de transferência de Tecnologia e Agricultura, a agricultura, espinha dorsal da economia queniana, foi alvo de cooperação técnica. Cientistas chineses introduziram variedades de arroz híbrido e técnicas de manejo de solo seco em regiões semiáridas do Quênia, visando a segurança alimentar. A gigante chinesa Huawei tornou-se a espinha dorsal da infraestrutura digital do Quênia. A empresa implementou grande parte da rede 4G e, posteriormente, 5G da operadora Safaricom, além de liderar o projeto *Konza Technopolis* (cidade inteligente queniana) e fornecer sistemas de vigilância urbana para a polícia de Nairóbi.

O fluxo comercial expandiu-se exponencialmente. A China tornou-se o maior parceiro comercial do Quênia e a maior fonte de importações. No entanto, este relacionamento gerou um déficit comercial crônico para o Quênia, que importa manufaturados, maquinários e eletrônicos de alto valor e exporta majoritariamente produtos primários (chá, café, titânio e abacates). Esse déficit é observado com cautela por alguns autores, pois Caruso (2020) e Nascimento e Xu (2023) alertam para o perigo de que a falta de equilíbrio na balança comercial de países africanos, como o Quênia, possa levar à aquisição de dívidas com a China a longo prazo.

Para compreender a fundo a dinâmica comercial entre a China e o Quênia de 2000 a 2025, é fundamental destacar que este relacionamento é marcado por um déficit comercial crônico e estrutural para o lado queniano.

Enquanto a China consolidou-se como o maior fornecedor de bens industriais, bens de capital e tecnologia para o projeto de modernização queniano, o Quênia exporta majoritariamente commodities agrícolas e matérias-primas de menor valor agregado. Abaixo, apresenta-se o quadro comparativo detalhado que sintetiza essa evolução e os principais produtos transacionados ao longo das últimas duas décadas e meia.

Quadro 01 – Balança Comercial China-Quênia (2000–2025)

Critério / Período	Século XXI: O Despertar (2000–2009)	A Era dos Megaprojetos (2010–2019)	Consolidação e Barreiras (2020–2025)
Volume Geral da Balança	Baixo a Moderado: Comércio em expansão inicial, impulsionado pela criação do FOCAC em 2000.	Explosão Comercial: Pico histórico de importações quenianas devido às obras da ferrovia SGR e Thika Highway.	Estabilização e Ajuste: Ligeira queda pós-pandemia, seguida por foco em reequilibrar a balança.
Perfil das Importações do Quênia (O que o Quênia compra da China)	* Bens de consumo baratos; * Tecidos e vestuário; * Manufaturados plásticos; * Maquinário agrícola simples.	* Bens de capital pesados (trilhos, locomotivas, guindastes); * Cimento e aço estrutural; * Equipamentos de telecomunicação (Huawei/ZTE); * Veículos pesados.	* Eletrônicos avançados e smartphones; * Equipamentos de energia solar e renovável; * Insumos químicos e farmacêuticos; * Maquinário industrial de ponta.
Perfil das Exportações do Quênia (O que o Quênia vende para a China)	* Sucata de metais; * Couro cru e peles; * Pequenos volumes de chá e café; * Minérios em estado bruto.	* Titânio e zircônio (mineração em Kwale); * Chá preto em granel; * Café arábica; * Especialidades marinhas (peixes e lagostas).	* Abacates frescos (pós-acordo fitossanitário de 2022); * Flores de corte; * Macadâmia e castanhas; * Concentrados de minério de titânio.
Dinâmica do Déficit Comercial	Déficit Crescente: O Quênia começa a gastar consideravelmente mais do que arrecada com a China.	Déficit Crítico: A proporção chega a quase \$20:1\$ (para cada \$20 importados da China, o Quênia exportava \$1).	Déficit Persistente (com foco em mitigação): O Quênia tenta abrir o mercado chinês para o agronegócio para reduzir o abismo cambial.

Fonte:

Os principais destaques do Fluxo de Produtos são a (a) chamada “Revolução do Abacate Queniano” (2022–2025): até 2022, o Quênia enfrentava barreiras sanitárias severas para exportar frutas frescas para a China, limitando-se apenas a produtos congelados. Após a assinatura de tratados bilaterais históricos, o Quênia tornou-se o primeiro país africano a exportar abacates frescos para o gigantesco mercado chinês. Entre 2023 e 2025, o abacate tornou-se um dos principais motores de receita agrícola no comércio com Pequim. Também o (b) titânio, extraído majoritariamente na província de Kwale por empresas internacionais, manteve-se ao longo de todo o período de 2014 a 2025 como a base mineral das exportações do Quênia para as indústrias de manufatura avançada da China.

Na ponta da importação queniana, o período de 2020 a 2025 consolidou a China como a principal fornecedora de infraestrutura digital. Marcas chinesas de smartphones (como

Transsion - dona da Tecno e Infinix, além de Xiaomi e Huawei) passaram a dominar mais de 70% do mercado de consumo queniano, transformando o ecossistema digital do país através de tecnologia acessível.

O impacto mais visível da presença chinesa no Quênia está inscrito em sua geografia urbana e logística. As empreiteiras estatais chinesas redesenharam o mapa de transportes do país. O projeto emblemático da cooperação sino-queniana foi a Standard Gauge Railway (SGR), que conectou a cidade portuária de Mombaça à capital Nairóbi (Fase 1, inaugurada em 2017) e, posteriormente, estendeu-se até Naivasha (Fase 2A). A empresa executora foi a China Road and Bridge Corporation (CRBC), com financiamento de cerca de 90% dos 3,6 bilhões de dólares da Fase 1 foram financiados por empréstimos do Exim Bank of China. O impacto principal foi reduzir o tempo de viagem de carga e passageiros de mais de 12 horas para menos de 5 horas. Contudo, tornou-se o centro do debate sobre a sustentabilidade da dívida pública queniana.

Mapa 02 – Kenya Standard Gauge Railway (SGR) 2023



Fonte: Thepeoplesmap.net, 2026.

Para mitigar os congestionamentos crônicos da capital, foi construída a Nairobi Expressway, uma rodovia suspensa de pedágio com 27 km de extensão, ligando o Aeroporto Internacional Jomo Kenyatta ao reduto de negócios de Westlands. Diferente do SGR, a Expressway (inaugurada em 2022) foi construída sob o modelo de Parceria Público-Privada

(PPP) pela *China Communications Construction Company (CCCC)*, que opera a concessão para recuperar o investimento através da cobrança de pedágios, aliviando o endividamento direto do Estado. Integrado ao corredor de transportes Lamu-Porto-Sudão do Sul-Etiópia (LAPSSET), a construção dos primeiros berços do megaporto de Lamu foi concedida a empresas chinesas. O objetivo estratégico é criar um novo hub logístico no Oceano Índico, capaz de rivalizar com Mombaça e escoar a produção do interior do continente.

Outras obras importantes são a Thika Superhighway, uma estrada de 8 faixas concluída em 2012 por consórcios chineses, revolucionando o transporte metropolitano ao norte de Nairóbi e o Kipevu Oil Terminal, um terminal de petróleo ultramoderno no Porto de Mombaça, construído pela *China Communications Construction Company*, expandindo drasticamente a capacidade de armazenamento e tráfego de combustíveis do Quênia para a região dos Grandes Lagos.

O compromisso com a inovação e experimentação no caso das relações sino-quenianas reflete o casamento dos interesses chineses aplicados em seu Soft Power com o atendimento das necessidades econômicas do Quênia. Nesta subseção, explora-se como os interesses econômicos atravessam as relações sino-quenianas e como o Soft Power chinês está envolvido nessa dinâmica.

Primeiro, é preciso voltar ao passado. Quando chineses e quenianos formaram uma aliança pela primeira vez, os britânicos ficaram incomodados, pois se preocupavam com os grupos favoráveis à radicalização na elite queniana, ampliando seu interesse em frear o possível avanço do comunismo por meio de estratégias de Hard e Soft Power chinesas, especialmente porque a delegação britânica na China reportou um grande projeto de irrigação no Rio Tana mesmo que a real promessa chinesa fosse muito mais generosa (Sun, 2020).

Considerando que o Quênia possui um grave problema no acesso à terra devido ao período colonial e que também foi negativamente afetado pela Revolução Verde, adquirir investimento na agricultura era uma questão primordial (Mazrui; Wondji, 2010). Ademais, assim como outros países africanos, para o Quênia o auxílio técnico e o comércio eram mais importantes do que qualquer propaganda política, sendo a preferência queniana pela China uma expressão de sua preferência pelos benefícios econômicos em vez de uma afinidade ideológica. Enquanto as propostas soviéticas e ocidentais para o país eram similares entre si, a China ofertava acordos de cooperação econômica em que os empréstimos não possuíam juros. O Ocidente, no entanto, ao analisar essas ações desconsiderava os mecanismos envolvidos nos acordos chineses, focando no possível Soft Power que acreditavam ocorrer e a potencial adesão africana ao bloco socialista (Sun, 2020).

Adicionalmente, com o fim do governo Kenyatta e início do governo Moi, as relações bilaterais sino-quenianas possuíam um teor majoritariamente político, marcado pela aproximação entre a KANU e o PCC, o governo Kibaki mudou o foco político para econômico. Desse modo, enquanto o apoio à política de Uma Só China foi ponto central nas relações bilaterais no governo Moi, o governo Kibaki mantém a proximidade da China por meio dos projetos lucrativos que estabelecia como governo chinês em troca de infraestrutura. Essas empresas chinesas, em vários casos, ganharam contratos em setores que eram domínio exclusivo de empresas britânicas. Embora o argumento do custo tenha sido frequentemente usado para justificar a concessão de tais contratos, não se pode descartar a possibilidade de que, assim como empresas britânicas receberam contratos no passado para promover uma relação bilateral, as empresas chinesas (muitas delas com conexões estatais) estivessem se beneficiando hoje com o mesmo objetivo de fortalecer a relação bilateral. (Mogaka, 2011).

A ascensão de Deng Xiaoping colocou o desenvolvimento da ciência e tecnologia chinesa como prioridade nacional, de modo que estas passaram a ser entendidas como forma primária de produção (Cheng, 2009). Esse tipo de posicionamento também era vantajoso, visto que a exportação de modelos de desenvolvimento estrangeiros sem a devida adaptação para o contexto africano gerou grandes impactos na capacidade de subsistência desses Estados, incluindo o Quênia (Mazrui; Wondji, 2010).

Se hoje a China possui uma presença expressiva no mercado financeiro internacional com suas corporações altamente competitivas e com apoio estatal, é porque esse setor foi moldado tanto pelo passado revolucionário chinês quanto pelo recente movimento de distanciamento do socialismo. Em 1949, a formação da RPC expulsou as multinacionais ocidentais do país, levando-o a entrar em um período de quatro décadas de isolamento da economia global. Nesse período, a China desenvolveu grandes empresas, principalmente no ramo energético, de construção e mineração, que foram protegidas de competição interna e externa. Essas empresas careciam de tecnologias de ponta e exposição ao mercado externo, algo que Deng Xiaoping reconheceu e decidiu mudar com suas reformas. A partir de sua liderança, essas empresas podiam se comportar de acordo com princípios como lucro e perda ao invés de hierarquia administrativa (Alden, 2007).

A mudança de perspectiva permitiu que houvesse inovações nas indústrias chinesas conforme a abertura ao mercado internacional se iniciou. Em uma declaração de 1977, a

privatização de algumas organizações estatais (抓大放小, “grasping the large and releasing the small”¹⁵) foi anunciada

No novo século seguinte, a nova estratégia de desenvolvimento chinesa recusa a adesão de soluções percebidas como universalizantes e generalistas, como a Revolução Verde na década de 1960 e a exportação de tecnologias agrícolas modelos de monocultura que devastaram a riqueza ecológica e geraram fome em muitos países agrários (Ramo, 2004). Pelo contrário: ela é radicalmente a favor da inovação e experimentação para encontrar respostas especializadas, apropriadas para demandas específicas em seus contextos, necessidades e outras particularidades (Ramo, 2004).

Abaixo, foto de Xi Jinping durante o 19º Congresso do PCC:

Figura 03 – Xi Jinping em discurso durante durante 19º Congresso do PCC



Fonte: Lintao Zhang (2017).

O Quênia vem buscando diversificar seus aliados internacionais, especialmente após a imposição de tarifas estadunidenses de 10% sobre produtos-chave da exportação queniana. A China se mostrou uma aliada importante nesse processo, de modo que as relações bilaterais baseadas na Parceria Estratégica Compreensiva na Nova Era impulsionaram novos acordos. O maior marco recente dessa parceria foi o encontro entre o presidente William Ruto e o presidente Xi Jinping na China (The Ministry of Foreign Affairs, 2025). Dentre os dias 18 ao 26 de Abril, os dois presidentes assinaram mais de 20 acordos sobre comércio, inovação, saúde,

¹⁵ 抓大放小 é um slogan do PCC que descreve a onda de reformas industriais implementada pelo governo em 1996. Foi popularizada pelo Secretário Geral do PCC, Jiang Zemin, e pelo Primeiro Ministro, Zhu Rongji em 1997.

educação, agricultura e infraestrutura. Entre acordos estão o compromisso chinês em renovar o suporte aos projetos que requerem grandes infraestruturas, incluindo a Kenya Standard Gauge Railway (SGR), uma ferrovia doméstica projetada para conectar cidades quenianas, mas que também servirão de conexão terrestre para os países vizinhos, como Sudão do Sul, República Democrática do Congo, Ruanda e Burundi na sua fase final. Inclui-se nesse projeto de longo prazo a previsão de medidas sustentáveis (The Ministry of Foreign Affairs, 2025). Segundo Chen (2009), a sustentabilidade, especialmente a diplomacia climática, faz parte do Soft Power chinês.

Abaixo, foto dos dois presidentes nesse encontro:

Figura 04 – William Ruto e Xi Jinping, China



Fonte: The Ministry of Foreign Affairs (2025)

Concomitantemente, em fevereiro de 2024, o Embaixador Zhou Pingjian declarou que a China estava disposta a investir nos alunos quenianos após o presidente Xi Jinping responder a uma carta, em 17 de janeiro, escrita pelos estudantes quenianos na Beijing Jiatong University, de modo a enfatizar a importância dada pelos chineses às relações com o Quênia. O interesse chinês está principalmente em áreas de cooperação como construção, desenvolvimento de talentos e intercâmbios de jovens. Dentre os alunos quenianos enviados à China desde 2016, cerca de 100 foram inscritos nas maiores universidades para adquirir conhecimento acerca de operações e administração de ferrovias como parte de um programa direcionado à construção e operação da SGR, a qual foi apelidada por alguns deles como “railway to happiness” (Chinese Embassy in Kenya, 2024).

A Diplomacia Cultural, enquanto ferramenta de Soft Power, permite que diversas atividades sejam feitas diretamente ou em colaboração com as autoridades chinesas ou quenianas com o objetivo de promover a política externa desses países. No caso da China para o Quênia, isso inclui a difusão da língua como modo de apoiar e manter a promoção dos valores políticos e culturais no país receptor, o que não se restringe às instituições governamentais quenianas. Empresas privadas que sejam do interesse chinês, mídia local e sociedade civil também são alvos desse tipo de diplomacia (Caruso, 2020).

Desse modo, é possível perceber que a razão do intercâmbio é a qualificação profissional técnica para futuros ganhos econômicos quenianos, ainda que para a China o intercâmbio seja uma estratégia de diplomacia pacífica. Mas não só isso: desde 1995, a China compreende a expansão das suas universidades e fortalecimentos dos programas de intercâmbio como uma forma de acelerar a transferência de tecnologia para a indústria chinesa, permitindo a modernização nacional a partir da observação dos outros países (Cheng, 2009).

Anos antes, em 2005, a Universidade de Nairobi recebeu o primeiro Instituto Confúcio do continente africano, em 2005 e desde então mais de 400 estudantes quenianos fizeram intercâmbio para a China (Chinese Embassy in Kenya, 2024). Mundialmente, os Institutos Confúcio conseguiram se expandir rapidamente por duas décadas, alcançando um ritmo que outras instituições de língua e cultura levaram mais de um século para completar (Nascimento; Xu, 2023). A inserção deles no Quênia acompanhou, assim, um movimento de política externa chinesa amplo.

No Fórum China-Africa Cooperation (FOCAC Meeting) de 2006, a China buscou consolidar relações com o aumento do investimento chinês na África (Alden, 2007). Assim como os chineses focaram em algumas áreas chaves para desenvolvimento econômico e social no último século, especialmente a partir de Deng Xiaoping (Cheng, 2009), os quenianos possuem grande interesse na aquisição de tecnologia. Afinal, a educação entra como tópico a ser abordado nas reuniões bilaterais, assim como no FOCAC, em que o fortalecimento do treinamento e desenvolvimento da liderança por meio intercâmbios de professores, treinamento digital e o desenvolvimento conjunto dos níveis de educação aparece como tema (The Ministry of Foreign Affairs, 2025).

Esses interesses ganharam força com o Plano Cooperativo de Desenvolvimento de Recursos Humanos Chinês para 2025, que visa fornecer 670 oportunidades de treinamento para profissionais quenianos de diversos setores, como diplomacia, jornalismo, turismo, tratamento de água e preservação de herança cultural (The Ministry of Foreign Affairs, 2025). Transformação digital também foi um dos focos, com acordos sobre a melhoria do comércio

eletrônico, cooperação em cibersegurança e suporte ao Programa Nacional de Superrodovia Digital (National Digital Superhighway Programme). No encontro de fevereiro de 2025 (foto a seguir), foram acordadas colaborações em coordenação de políticas, desenvolvimento de capacidades estatais e estudos conjuntos sobre economia digital, incluindo o estabelecimento de e-commerce transnacional pelo *Talent Training Laboratory* a partir de uma parceria com o Escritório Municipal de Comércio de Hangzhou (The Ministry of Foreign Affairs, 2025).

Atualmente, o Quênia vem conseguindo competir com a China enquanto centro global de inovação. Através do uso de tecnologia acessível e barata para mobilizar consumidores e influenciada pelas inovações chinesas, o Quênia se volta para os serviços bancários móveis e inclusivos em um cenário em que a maioria dos celulares (foco da inovação chinesa) não possui acesso à internet pela falta de infraestrutura. Ao contrário das inovações de outros países, que dependiam de tecnologias vanguardistas, o modelo queniano e nigeriano vem sendo construído em telefones celulares cuja adoção já é generalizada. Consequentemente, houve uma onda de crescimento econômico em 2021 que colocou o Quênia entre as maiores taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) no mundo (Época Negócios, 2022).

Abaixo, foto de representantes chineses e quenianos em Pequim:

Figura 05 – Reunião entre representantes chineses e quenianos em Pequim, no dia 4 de fevereiro de 2025.



Fonte: National Treasury (2025).

Conforme a tecnologia avançou, o Quênia passou por uma onda de venda de celulares, de modo que as assinaturas já ultrapassam o total da população em 12% e as movimentações

financeiras por bancos móveis sem necessidade de conexão com a internet, como o M-Pesa, também dispararam. O M-Pesa utiliza uma tecnologia semelhante à da mensagem de texto para realizar transações bancárias, ação possível por utilizar a infraestrutura móvel da Safaricom. Essa inovação já se expandiu por sete países. Já a Equitel atua de forma semelhante, mas optou por apostar em um público alternativo: enviou representantes para áreas remotas do país, onde a infraestrutura era carente, para que eles demonstrassem como a tecnologia funcionava para a população. Com essa estratégia, conseguiu capturar 22% do mercado de dinheiro móvel em cinco anos (Época Negócios, 2022).

Conforme o cenário africano muda e países como o Quênia deixam de ser apenas exportadores de matéria-prima, diversificando sua pauta exportadora, a China pode começar a ser percebida como rival. Por enquanto, isso não ocorre. Até o momento os maiores investimentos chineses no Quênia são no setor de manufatura têxtil, ainda que seja a entrada de empresas chinesas – com seu custo inferior – uma das maiores ameaças à essa indústria dentro do próprio Quênia, afinal, parte da população queniana vem substituindo vestimentas tradicionais pela praticidade e preço da compra de peças da China (Alden, 2007).

Na última década, a China vem se esforçando para manter relações diplomáticas com países africanos, como o Quênia como modo de manter o abastecimento de matérias-primas à nível doméstico. O interesse econômico chinês, desse modo, leva à adaptação da política externa para a África, utilizando os incentivos à inovação e tecnologia no Quênia por meio de cooperações técnicas e intercâmbio estudantil como modo de garantir que seus interesses serão atingidos. Quando se pensa o Soft Power chinês a partir do Nye (2004, 2010, 2017), a China apresenta uma capacidade relevante de lançar mão de seus conhecimentos de princípios do direito internacional e da história de seus parceiros para atingir seus interesses.

3.2. “GERENCIAMENTO DO CAOS”

A nova estratégia de desenvolvimento chinesa é guiada pelo desejo de desenvolver um crescimento equitativo, pacífico e de alta qualidade que descarta ideias tradicionais estrangeiras como privatização e livre comércio (Ramo, 2004). Nesse processo, sua política externa reflete esses objetivos por meio do foco em diplomacia bilateral e multilateral, como promoção de empresas multinacionais, estruturas de comércio bilateral e a abertura de mercados sob influência do Comitê de Reforma e Desenvolvimento do Conselho Nacional de Estado chinês, cujo papel de incentivar estratégias macroeconômicas de longo prazo e foco na segurança energética ajudou a moldar o direcionamento dos investimentos chineses e outras iniciativas na

África. Para aumentar sua efetividade, o país envia seus oficiais para trabalhar nos países africanos, ganhando experiência em instituições multilaterais, para melhor compreender seus parceiros. Por exemplo, Li Zhaoxing (foto abaixo), ex-Ministro do Exterior, trabalhou no Quênia por um período (Alden, 2007).

Figura 06 – Li Zhaoxing, 2005.



Fonte: Fistic (2005).

Ao fim da Segunda Guerra Mundial (1945-1991), o Quênia foi mantido como o centro do Império Britânico da África Oriental, de modo que a sua importância como fonte de matéria-prima crescia ao mesmo tempo que a distância entre ricos e pobres no território também o fazia. A insurreição mau-mau do Quênia, desse modo, explode como uma resposta a esse processo (Twaddle, 2010). O fim da Segunda Guerra acompanhou o início do ingresso dos africanos no Conselho Legislativo do Quênia e o planejamento britânico de aplicar projetos de agricultura africana. A entrada de Eliud Mathu, em 1944, primeiro africano nomeado a um Conselho Legislativo em toda a África Central e Oriental sob administração britânica foi acompanhada pelo ingresso de representantes não-governamentais interessados nos preços de atacado e o papel desempenhado pelo Quênia como fornecedor para o Oriente Médio. Desse modo, enquanto as demandas europeias eram rapidamente satisfeitas, os africanos ainda estavam em uma posição de desprivilegio (Twaddle, 2010).

São essas as estruturas que aparecem como legado colonial para o Quênia. Mesmo após a independência, a manutenção de estruturas coloniais é barata, o que leva as elites a manterem-nas. Era a conveniência internacional que legitimava os novos governos e coibia as contestações de poder por outros grupos, enquanto a conveniência da estrutura colonial herdada permitia que as novas lideranças não buscassem soluções eficazes para os problemas sociais, econômicos e militares que de agravaram cada vez mais na África (Clapham, 1996; Herbst, 1989).

Outro problema queniano era que, no início do século XX, os colonos brancos estabeleceram suas propriedades nos altos platôs do Quênia e, como mão de obra, empregavam africanos que, em troca de trabalho, obtinham o direito de criar gado e de cultivar um pedaço de terra. Quando, em meados do fim do período Entreguerras (1919-1938), houve um *boom* econômico, muitos camponeses brancos se especializaram e mecanizaram as suas unidades produtivas em ritmo crescente, consequentemente, expulsando numerosos africanos das suas terras. Adicionalmente, a concentração fundiária prosseguia igualmente em ritmo acelerado, graças ao crescimento populacional e ao *boom* persistente dos preços das mercadorias (Twaddle, 2010).

No fim dos anos 1940, a administração colonial loteou, para alguns destes sem-terra, terrenos em Olenguruone, na província do Vale Rift. Entretanto muitos deles foram expulsos por não terem respeitado as diretrizes em matéria agrícola. Os kikuyu, especialmente, habitavam terras férteis e relativamente central na malha rodoviária e ferroviária queniana, mas essas mudanças também os prejudicaram. O movimento mau-mau aparece, então, como uma expressão do descontentamento da população africana naquele território que, em um momento de prosperidade da colônia se encontrou sem-terra. Com o tempo, formou-se uma aliança entre operários e camponeses contra o imperialismo, sinalizando uma crescente tomada de consciência do proletariado queniano no tocante à era colonial. Era, no entanto, majoritariamente um movimento de protesto camponês ao invés de operário (Twaddle, 2010).

A Grande Revolução Cultural Proletária (1966 – 1968) foi, também, um grande momento de atenção às condições agrárias. A reforma agrária chinesa passou por no mínimo cinco estágios, iniciando em 1927-1931 com a redução dos aluguéis sem confiscos, passando para o período de 1931-1934 quando a redução dos alugueis foi acompanhada pelo confisco de propriedades de donos de propriedades, de 1937 a 1946 com mais uma redução de alugueis dessa vez associada à tomada das terras de traidores nacionais, outra entre 1946 e 1947 com a redistribuição de terras desigual e, a partir de 1947, a redistribuição equitativa de terras. As quatro primeiras fases foram conduzidas pelo Kuomitang e a última pelo Partido Comunista, sendo ambas baseadas na ideia de Sun Yat-sen de distribuição equitativa de terras e o princípio

land-to-tiller, princípio que visa garantir o acesso à terra para agricultores familiares mesmo em cenários de desigualdade social e concentração de terras (Han-Seng, 1948).

Mas desse ponto em diante, as realidades queniana e chinesa se desencontram. Na China, a adesão ao socialismo levou ao isolamento do país, permitindo o desenvolvimento de suas empresas sem competição externa e contanto com a limitação da competição interna. A economia obteve, então, cerca de quatro décadas para se desenvolver de um modo em que as interferências externas eram limitadas. O Quênia, porém, estava exposto ao cenário internacional e sofria influência da competição com outros países (Alden, 2007).

Em 1983, apesar das críticas nas décadas anteriores sobre possíveis interferências chinesas na arena política, o Quênia ingressou nos programas de intercâmbio estudantil que passaram a surgir aos poucos na China, os quais ofertavam estudos completamente pagos pelo governo chinês. A iniciativa continua até hoje, podendo ser considerada uma das estratégias de manutenção de relações bilaterais (Chinese Embassy in Kenya, 2024). Elas também atingem um dos objetivos do Soft Power Chinês, que é a correção da imagem equivocada que o estrangeiro tem sobre a China (Li, 2009). Essa foi a estratégia aplicada, por exemplo, no governo Moi, quando o presidente visitou o Primeiro-Ministro da China, Zhu Rongji e reconheceu que sua visão sobre a China havia melhorado muito com a visita ao país. Essa mudança de perspectiva pessoal aos poucos se propagou na elite queniana, a qual passou a ver a China como um país digno de imitação, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento econômico. O Presidente Kibaki também declarou em diversos discursos que considera o alto crescimento econômico da China e seus sucessos na redução da pobreza como dignos de emulação pelo Quênia (Mogaka, 2011).

Com esse intercâmbio estudantil e as cooperações ativas entre os dois países, a PECh conseguem projetar a imagem do desenvolvimento chinês como um caso de sucesso ao mesmo tempo que reconhece que os outros países estão em uma realidade diferente (Li, 2009; Mendes, 2011). Enquanto, segundo Ramo (2004), o Consenso de Washington era um bom manual de atração de investimentos feitos por e para banqueiros, Pequim não ignora a geopolítica e quer “melhorar a sociedade”. Ele admite que, dado o tamanho da China, com 1,4 bilhão de habitantes, seu modelo é único e dificilmente replicável. Aponta, porém, que outros países em desenvolvimento podem ser inspirados a tentar seus próprios caminhos de desenvolvimento, sem soluções uniformes para problemas diferentes (Ramo, 2004). O Soft Power chinês não só é defensivo, como projeta uma imagem pacífica e favorável ao desenvolvimento de Estados periféricos, de modo que corrige as percepções equivocadas sobre si enquanto angaria aliados

políticos e econômicos que vão servir aos interesses nacionais (Alden, 2007; Duarte, 2012; Ramo, 2004).

A partir do início do novo século, a China iniciou um novo processo de expansão para a África visando gerar a base necessária para estabelecer conexões com os países africanos. No Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC Meeting) de 2006, ela buscou consolidar essas relações, estabelecendo em conjunto com os delegados dos países presentes um plano de ação de três anos para essa aliança estratégica, a qual incluía consultas regulares em organismos internacionais multilaterais, fortalecimento de trocas entre governos provinciais e trabalho em equipe nas áreas de interesse comum (como a reforma das Nações Unidas e o combate ao terrorismo) (Alden, 2007).

Parte desse processo de consolidação das relações entre a China e o continente africano é resultado de uma mudança de percepção chinesa sobre seu sistema educacional e a correlação entre ele e sua política externa. Segundo Xiaohe Cheng (2009), nos últimos 150 anos a China vem investindo na educação como forma de se desenvolver internamente de modo “saudável”, assim como para elevar seu status internacional e melhorar sua reputação. O esforço passou por um longo período de perda gradual do modelo educacional nativo para uma assimilação de sistemas educacionais ocidentais como parte da estratégia de “aprender a tecnologia avançada dos bárbaros para se opor aos bárbaros” (Cheng, 2009, p. 106, tradução nossa)¹⁶ e depois pelo “aprendizado chinês como base, Ocidental para uso prático” (Xiaohe, 2009, p. 106, tradução nossa)¹⁷, havendo uma transição entre Estados Unidos como referência para a URSS no século XX. Após a ascensão de Deng Xiaoping como líder pós-Mao, o desenvolvimento da educação, ciência e tecnologia chinesa se tornou a maior prioridade nacional. Em seguida houve o crescimento massivo de estudantes nas instituições de ensino e a remodelagem do sistema, entendendo a ciência e a tecnologia como formas primárias de produção (Cheng, 2009).

Com seu rápido desenvolvimento, a China adquiriu mais recursos e com eles pôde investir no crescimento de suas universidades a nível internacional. Entre 1996 e 2000, a China investiu mais de 18 bilhões de Yuan (US\$2,2 bilhões) no Projeto 211, que visava estabelecer 100 universidades e 100 disciplinas chaves para melhorar a qualidade da educação, pesquisa científica, administração e eficiência institucional chinesa com o objetivo de solucionar os principais problemas econômicos e sociais chineses. O projeto cresceu, passando a incluir a

¹⁶ No original: “learn advanced technology from Barbarians in order to oppose Barbarians” (shiyi changji yi zhiyi)” (Xiaohe, 2009, p. 106).

¹⁷ No original: “Chinese learning as the basis, Western learning for practical use” (zhongxue weiti, xixue weiyong).” (Xiaohe, 2009, p. 106).

estratégia de encorajamento à entrada de estudantes estrangeiros no país (qing jilai zhanlue), de modo a não só treinar estudantes estrangeiros, mas utilizar o intercâmbio como oportunidade de incentivar relações amistosas entre chineses e pessoas estrangeiras.

Essas características aparecem na questão de intercâmbio de estudantes entre China e Quênia atualmente. Em um evento realizado em janeiro de 2026, em Hangzhou, a queniana Alupe University foi representada pelo professor e vice-Chanceler Peter Barasa, que enfatizou o compromisso com um “aprendizado voltado para tecnologia, pesquisa orientada para inovação e treinamento responsivo à indústria”. Para Barasa, a parceria com os chineses oferece a oportunidade para troca de conhecimento, colaboração em pesquisa, inovação em tecnologias de educação inteligente e a expansão de oportunidades para estudantes e funcionários da Alupe University. Durante o evento, o intercâmbio de estudantes chineses e quenianos foi discutido como uma oportunidade de fortalecimento das alianças culturais, econômicas e diplomáticas entre os dois países (Magar; Sabwa, 2026).

Os Institutos Confúcio no Quênia são teorizados como pontos de disseminação do Soft Power chinês no país. Para alguns autores, esses Institutos servem como instrumentos de Soft Power e metas de política externa ao promover a estratégia chinesa de conquistar “mentes e corações”, apesar de não serem tão eficientes quanto o Partido Comunista acreditava (Lahtinen, 2015). Nos EUA, esses institutos são entendidos como instituições de ensino para agenda política chinesa, o que levou à adoção de uma série de medidas que influenciam a opinião dos estadunidenses, a condução de inquéritos e investigações, cortes no orçamento e restrições jurídicas para impedir as atividades desses institutos, resultando no encerramento da ação deles no país sob o efeito de sanções. Para os EUA, a presença dos Institutos Confúcio era entendida como uma ameaça cultural à nação (Nascimento; Xu, 2023). Inclusive, Nye (2005) entende a educação promovida por instituições de ensino como parte integrante da construção de Soft Power.

Outros autores já observam esses Institutos com curiosidade, argumentando que marcam a China como um país com estratégia de Soft Power diferenciado na arena internacional (Hartig, 2012). Além de poder ser estudado em seu âmbito político, os Instituto Confúcio podem ser estudados a partir de suas funções acadêmicas e por propiciarem articulação em âmbito internacional no campo da educação (Nascimento; Xu, 2023).

Considerando que os Institutos Confúcio na África fazem uso de uma ampla rede de instituições públicas e privadas, empresas, agências de trabalho e outras formas de presença chinesa no continente, a dinâmica deles é colaborativa e visa a institucionalização da PECh. Esses institutos não só apresentam a oportunidade de conhecer a China, como também aumentam a

empregabilidade para a composição de seu corpo docente e estabelece canais de contato para que haja melhoras na qualidade e diversidade dos sistemas educacionais (Nascimento; Xu, 2023). Eles agem, desse modo, nas camadas de interdependência complexa (Nye; Keohane, 2011).

Contudo, semelhante ao que aconteceu durante a Guerra Fria, as relações entre China e Quênia parecem ser mais orientadas para as questões tecnológicas e econômicas do que uma adesão à ideologia ou cultura chinesa (Xiaohe, 2009). Hoje, o engajamento chinês para a África é entendido como uma cooperação de benefícios mútuos e interesses compartilhados (Caruso, 2020; Nascimento; Xu, 2023), o que é um ponto chave para a efetividade do Soft Power (Nye, 2004). Essa convergência é utilizada para atingir um objetivo comum: a superação da marginalização desses Estados no Sistema Internacional (Caruso, 2020; Nascimento; Xu, 2023). Na educação, isso é possível porque a produção acadêmica viabilizada pelas universidades chinesas auxilia as universidades africanas a se adaptarem às necessidades específicas de sociedades em desenvolvimento (Nascimento; Xu, 2023). Isso se reflete nas últimas décadas de relações sino-kenianas no campo da Educação.

Na transição entre a década de 1990 e 2000, o governo chinês aumentou seu investimento na educação, promovendo seminários em outros países para incentivar o intercâmbio estudantil, enquanto as suas próprias universidades passaram a se engajar na causa pelo interesse em manter ou elevar sua margem de internacionalização. Começaram a aparecer cada vez mais cursos ofertados para estrangeiros, com disciplinas ministradas em inglês em um esforço para atrair estudantes internacionais. Ao oferecer bolsas de estudos, a Universidade de Beijing, Fudan e Renmin começaram a atrair diplomatas, membros de organizações não-governamentais (ONGs) e funcionários de empresas multinacionais, de modo que o número de estudantes estrangeiros na China pulou de 52.150 em 2000 para 162.695 seis anos depois, se tornando o principal destino de estudantes na Ásia. Mesmo com uma parte significativa destes estudantes se movendo para as universidades sem bolsa, a China ganha popularidade crescente e a atratividade de disciplinas tradicionais transbordou para outras áreas, influenciando a estratégia chinesa de *Zou chu qu* (“going global”, “globalizar-se”) para promover a língua e cultura chinesa ao redor do mundo de forma sistemática (Xiaohe, 2009).

Como a língua é o método principal de transmissão de ideias, crenças, valores e tradições entre seres humanos, a promoção do ensino de mandarim internacionalmente se tornou um dos pilares para disseminação da cultura tradicional chinesa e formação de uma imagem positiva da China no imaginário da população mundial. O objetivo principal dos

Institutos Confúcio é, desse modo, promover a cultura chinesa ao redor do mundo (Xiaohe, 2009).

Figura 07 – Secretário Geral do Tesouro Chris Kiptoo em reunião com delegação chinesa em Nairobi no dia 21 de março de 2024.



Fonte: National Treasury and Economic Planning (2025).

Existem, porém, alguns entraves. O primeiro é o de que o principal público desses mecanismos de Soft Power (intercâmbio e aprendizado de mandarim nos Institutos) ainda são pessoas de países asiáticos. Outro problema é que o aprendizado de mandarim é difícil, o que força a evasão prematura de estudantes de outra língua materna. Também faz falta a presença de professores qualificados nos Institutos e o acordo de que a China os financiaria apenas por três anos, deixando-os a cargo das universidades hospedeiras a longo prazo (Cheng, 2009). Adicionalmente, é preciso melhorar a coordenação e a compreensão transcultural desses institutos por ambas as partes, de modo que eles sejam sustentáveis a longo prazo (Nascimento; Xu, 2023). No entanto, pode ser que esse cenário mude conforme a população imigrante chinesa cresce no território queniano, seguindo a tendência do continente (Alden, 2007).

No entanto, o interesse chinês não cessa na educação. No setor de turismo, a China prometeu 23 milhões de dólares para impulsionar as operações hoteleiras no Quênia e promover o país para turistas chineses, utilizando o Hualian Hotel Group como meio para tal.

Adicionalmente, reforçou o intercâmbio cultural e midiático por meio de novos acordos entre a Kenya Broadcasting Corporation e a Agência de Notícias Xinhua, bem como entre o Ministério das TIC e o China Media Group. O objetivo é promover produções midiáticas conjuntas, compartilhamento de conteúdo e um entendimento mais profundo entre os povos de ambos os países (The Ministry of Foreign Affairs, 2025). As duas iniciativas parecem estar atreladas ao interesse chinês em se fazer mais presente no continente. Para Zhengrong Hu e Deqiang Ji (2012), a política externa chinesa atual para a África faz parte de um plano em que a expansão midiática desse país no continente se move de “grande nação” para “nação forte”, e isso implica o ganho de visibilidade.

Hoje, ao realizar investimentos nacionais bilionários na cultura, esportes, literatura, animação, filmes e outros setores da mídia, a China visa se tornar mais atrativa para os estrangeiros. Compreender a língua falada é, desse modo, uma forma de facilitar a exportação desses produtos. Mas não só isso, a cultura é um fator importante na construção da nação, pois contribui para a formação das características nacionais, suas tradições e espírito. Ao construir a própria identidade nacional, a China consegue também exportar seus valores e moldar a forma que os outros países a percebem por meio da cuidadosa construção da própria imagem no âmbito doméstico (Caruso, 2020).

Desse modo, quando se projeta como nação forte para os próprios chineses, as cooperações na área midiática com o Quênia também convidam o outro país a conhecer como essa construção ocorre (Hu; Ji, 2021). Esse é um ponto particularmente interessante quando se considera que, por meio dessas interações, o Quênia pode aprender formas de construir sua própria identidade nacional novamente, tendo em vista a fragmentação que ocorreu após o fim da Guerra Fria (1945-1991) e a dificuldade de reconhecimento entre massa e elite (e, portanto, governo) que o país compartilha com outros países africanos (Ayoob, 1983; 1991; Williams, 2011). Segundo Ojore (2026), a mídia queniana é um importante fator na percepção da população enquanto identidades étnicas fragmentadas ou grupo nacional coeso. As iniciativas mais recentes sobre a comunicação, como acesso à internet, forma como as propagandas são construídas e outros recursos são entendidos como temas e ferramentas relevantes para o país. Nesse contexto, a cooperação técnica com a China também representa um ponto relevante para a estabilidade e formação estatal queniana.

Esse uso do Soft Power chinês reflete os três principais recursos do soft power: cultura, valores políticos e política externa, apresentando a cultura do país pela promoção de intercâmbios estudantis e ensino da língua chinesa; projetando seus valores políticos ao introduzi-los a estrangeiros tanto dentro das universidades estrangeiras quanto domésticas, e ao

reafirmar sua política externa ao se apresentar como país amigável e uma alternativa viável às grandes potências ocidentais (Huang; Ding, 2006).

Nem tudo são flores. A China como rival no setor têxtil gerou uma onda de desemprego no Quênia após o fim do Acordo Multifibra em 2004, cessando as restrições tarifárias sobre a China impostas pelos EUA. A entrada desse competidor no mercado internacional resultou na perda de aproximadamente 3.000 empregos no Quênia, o que equivale a cerca de 9,3% da população empregada total. Faz-se necessário, então, que o Quênia permaneça atento aos setores que a China está interessada, de modo que a competição internacional e no próprio mercado nacional não obtenha resultados desastrosos. (Alden, 2007).

Da perspectiva queniana, o aspecto mais significativo das relações com a China é a posição dela como potencial fonte de capital de investimento e auxílio ao desenvolvimento. Especialmente porque a China oferece esses recursos justamente em setores que os países ocidentais não possuem interesse. A adição da China como aliado permite que o Quênia, assim como outros países africanos, amplie a gama de parceiros potenciais e tornam as probabilidades de sucesso mais favoráveis (Alden, 2007).

Isso é importante porque a periferia do Sistema Internacional (SI) não teve as mesmas oportunidades que o centro em termos de tempo e condições para a construção estatal, de modo que sua inserção na economia internacional ocorreu em um momento de início da maturação estatal. Enquanto país periférico, o Quênia esteve sujeito a problemas de legitimidade interna e segurança que afetaram a construção do Estado. Seu processo de formação e consolidação das estruturas estatais foi, como em outros países africanos, compactado para responder às demandas da comunidade internacional, especialmente aquelas feitas pelo Ocidente (Ayoob, 1983, 1991). Com o legado colonial de disparidades econômicas, o Quênia apresenta uma demanda de correção de desigualdades sociais, pois estas não só geram problemas como pobreza e violência que fragilizam o país, como também dificultam a identificação entre as massas e a elite (Ayoob, 1983; Crowder, 2010; Twaddle, 2010). Se desenvolver tecnologicamente com o apoio chinês é, desse modo, não só uma estratégia econômica, como também de correção de problemas sociais e estabilização do Estado no que diz respeito aos problemas de segurança.

Adicionalmente, a PECh é norteadada pela valorização da paz (Alden, 2007). Considerando que, especialmente na Guerra Fria, o centro do SI aliviava suas tensões ao transferi-las para a periferia, a aproximação chinesa também se apresenta como uma alternativa que evita problemas securitários. Isso porque o ambiente internacional era permissivo e encoraja conflitos em regiões como a África, o que afeta a construção e consolidação estatal até

os dias atuais (Ayoob, 1983; Porter, 2002). Nessa dinâmica, havia dois agravantes: a fragilidade das instituições africanas e o interesse dos países imperialistas em manter essas regiões como seus clientes (Ayoob, 1983). Isso se reflete nos problemas de segurança atuais, assim como na dificuldade de consolidar uma organização doméstica sustentável nos países africanos (Williams, 2011).

Enquanto parte da literatura foca nos conflitos armados africanos, a China atua justamente em um setor que altera esses eventos. Nos conflitos surgem um alto número de deslocados internos que sobrecarregam a infraestrutura nacional. O planejamento urbano precisa dar conta da movimentação dessas pessoas pelo território, assim como facilitar o policiamento, o que requer investimento na infraestrutura urbana e no bem-estar da população. Como a falta de infraestrutura adequada favorece o conflito, ao financiar construções e melhorias para a população queniana a China também favorece a manutenção da paz (Englehart, 2009; Koblentz, 2010). É nas alterações dos modelos organizacionais coloniais europeus, inadequados para a realidade queniana, que o apoio chinês favorece o Quênia já que ele financia essas alterações, o que não ocorre nas alianças com países do centro do SI (Ayoob, 1991; Alden., 2007).

Adicionalmente, os quenianos atualmente possuem uma visão positiva sobre a China. Essa aprovação vem crescendo e é uma das maiores do mundo, pois os quenianos acreditam que o aumento do poder econômico chinês é algo positivo. No entanto, para manter essa percepção é necessário que a China controle o fluxo de produtos que introduz no mercado queniano, pois isso afeta a empregabilidade dos nativos e atrapalha a capacidade do país de continuar se desenvolvendo. Nessa questão dos empregos, também é importante que a China contrate quenianos. Por sua vez, o Quênia precisa se atentar mais à realidade política chinesa, unificando a postura de seus líderes para que reaja uniformemente em defesa da política de Uma Só China (Mogaka, 2011).

Aliás, hoje, um ponto importante do uso do Soft Power pela PECh também é que, ao beneficiar outros países por meio de investimentos massivos, auxílios no desenvolvimento de tecnologias e estabelecimento de infraestruturas necessárias para o desenvolvimento estatal, a China também conquista apoio no que diz respeito à rejeição à Taiwan como território e Estado à parte. A política de Uma Só China é fortalecida nessa troca (Caruso, 2020). Desse modo, há certa continuidade nesse uso político de recursos que atravessa diferentes governos (Caruso, 2020; Mogaka, 2011).

Contudo, é importante considerar que a literatura que aborda essa dinâmica e interesses por trás do Soft Power na PECh para o Quênia vão refletir, em geral, uma predominância de teorias ocidentais que focam nas conotações políticas das ações de investimento. No Ocidente,

[...] o Instituto Confúcio é principalmente visto como uma ferramenta diplomática pública e cultural da China. [...] [E]le ainda é recebido e percebido positivamente no contexto global, de acordo com estatísticas recentes. Diversos estudos de caso revisados apoiam o papel do Instituto Confúcio no estreitamento de cooperações pragmáticas baseadas na reciprocidade (Nascimento; Xu, 2023, p.135-136).

Como resume Caruso (2020), o Soft Power chinês utiliza várias ferramentas, dentre as quais se encontram a cultura, linguagem, comércio e investimentos para aumentar sua influência internacional. A parceria estratégica chinesa para a África aparenta ser poderosa em termos de prosperidade mediante cooperação mutuamente benéfica. Caso consiga evitar as potenciais dívidas, o Quênia, como outros Estados africanos podem conseguir se desenvolver em múltiplos setores

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tentou responder “Como as relações políticas da China com o Quênia são impactadas pelo uso da cooperação cultural como instrumento de Soft Power?”, realizando uma pesquisa qualitativa, descritiva e explicativa que em mais de um momento buscou respostas na história das relações sino-quenianas e suas questões domésticas.

A hipótese levantada era a de que os Institutos Confúcio trariam para os quenianos uma nova perspectiva da realidade, estreitando os laços não só culturais como econômicos e políticos, tirando a centralidade do ocidente e abrindo portas para o oriente. Em resposta, um dos pontos mais evidentes é o de que o Quênia não se importa tanto com a ideologia chinesa quanto o faz com o potencial de desenvolvimento nacional e autonomia que o investimento da China no país pode trazer. As condições dos acordos no que tange aos juros e tempo para pagamento desde a década de 1960, e atualmente a abertura para capacitação de mão de obra queniana qualificada para que o país desenvolva autonomia após o investimento inicial colocam a China como um parceiro econômico relevante. Ao mesmo tempo que o Quênia pode buscar o desenvolvimento de uma economia nacional e internacional mais saudável, a China também ganha economicamente por manter um parceiro comercial e politicamente ao manter a arena internacional um pouco mais equilibrada, pois provê poder de barganha para países africanos ao se colocar como alternativa ao ocidente e, principalmente, ao imperialismo estadunidense.

Ademais, para o Quênia o auxílio técnico e o comércio eram e ainda são mais importantes do que qualquer propaganda política, sendo a preferência queniana pela China uma expressão de sua preferência pelos benefícios econômicos em vez de uma afinidade ideológica (Sun, 2020). A história da relação entre os dois países mostra o Quênia como país que busca financiamento e poder de barganha, enquanto a China atua não só como um ator que equilibra o jogo internacional ao se apresentar como alternativa às grandes potências ocidentais, como também provê exatamente o que é desejado. Em termos gerais, essa é uma relação de mútuo benefício apesar do impacto causado pela China como competidor no setor têxtil, gerando desemprego entre quenianos.

É incerto o quanto da ideologia chinesa foi absorvida pelos estudantes intercambistas e como isso pode influenciar as tendências políticas internas do Quênia, pois a produção de material sobre isso é escassa e demandaria (potencialmente) estudos com entrevistas e análises da política doméstica e externa de longo prazo. No entanto, ao aprender mandarim surge uma rota de capacitação de mão de obra qualificada e voltada para setores importantes do Quênia, como a questão ferroviária. Esse atrativo é importante e está em expansão, pois impacta não só

na construção da malha ferroviária quanto na qualidade do escoamento de bens para exportação, ou deslocamento de produtos no mercado interno. Consequentemente, enquanto parceira comercial a China se beneficiará.

Adicionalmente, a população chinesa no Quênia vem crescendo desde a década de 1990 e pode começar a influenciar a dinâmica social do país conforme se expande na condição de imigrante. Como uma das estratégias chinesas é conhecer o outro e o que ele faz para depois adaptar esse conhecimento para o bem nacional, é possível que essa população chinesa no Quênia auxilie o país a compreender melhor a realidade do Quênia e ajustar seu Soft Power conforme as especificidades apresentadas. Considerando que a prática de enviar oficiais para trabalhar em países africanos por um tempo e depois retornar à China não é nova, os Institutos Confúcio podem também operar como um facilitador de acesso a conhecimento sobre o Quênia enquanto aliado político e econômico, ao invés de servir apenas como difusor de cultura chinesa. Essa possibilidade, no entanto, não parece ter sido discutida na literatura ainda. Ao menos não na de acesso aberto.

A seguir há um Quadro com o panorama dos Institutos Confúcio (IC) na África, estruturado para dar o destaque solicitado ao Quênia, com papel histórico central nessa rede de diplomacia cultural.

Quadro 02 – Institutos Confúcio (África vs. Quênia) 2026

Indicador	Panorama Geral (África)	Destaque: Quênia
Histórico / Início	O primeiro instituto do continente foi fundado em 2005 (no Quênia). Desde então, expandiu-se para mais de 45 países africanos.	Pioneiro absoluto. O Instituto Confúcio da Universidade de Nairóbi (UoN), inaugurado em dezembro de 2005, foi o primeiro de toda a África .
Número de Institutos	61 a 67 Institutos Confúcio ativos (além de cerca de 30 "Salas de Aula Confúcio" de nível básico/médio).	4 Institutos Confúcio em operação (um dos maiores números por país no continente, empatado com a África do Sul).
Universidades Envolvidas	Parcerias entre grandes universidades africanas e universidades chinesas de ponta, coordenadas pela <i>Fundação de Educação Internacional Chinesa (CIEF)</i> .	1. Univ. de Nairóbi (parceria com Tianjin Normal Univ.) 2. Univ. Kenyatta (parceria com Shandong Normal Univ.) 3. Univ. de Egerton (parceria com Nanjing Agricultural Univ.) 4. Univ. de Moi (parceria com Donghua Univ.).

Indicador	Panorama Geral (África)	Destaque: Quênia
Perfil dos Alunos	Centenas de milhares de matriculados histórica e anualmente. O foco mudou de "hobby cultural" para qualificação profissional técnica.	Dezenas de milhares de estudantes quenianos já foram treinados. O perfil inclui estudantes de Relações Internacionais, Engenharia e Comércio.
Professores e Staff	Modelo misto: professores nativos enviados da China (<i>co-diretores e voluntários</i>) trabalhando junto a professores locais formados em língua chinesa.	Corpo docente altamente estruturado. O Quênia destaca-se por já ter professores quenianos nativos lecionando mandarim, formados graças às bolsas.
Investimentos e Foco	Financiamento inicial e subsídios de materiais/pessoal pelo governo chinês; as universidades locais entram com a infraestrutura física.	Forte alinhamento com a infraestrutura local (ex: treinamento de funcionários para a ferrovia Mombasa-Nairóbi e projetos agrícolas na Univ. de Egerton).
Bolsas de Estudo	Milhares de bolsas anuais (via HSK, Governo Chinês e CIEF) para cursos de curta duração, graduação e pós-graduação na China.	Mais de 2.000 estudantes quenianos já receberam bolsas de estudo do governo chinês para estudar na China. O IC de Nairóbi envia dezenas de alunos anualmente.

Fonte: Nascimento; Xhu, 2024; Zhao, 2009.

O Quênia atua como um "hub" educacional da China na África Oriental, considerado um dos casos de maior sucesso de "*soft power*" chinês. Enquanto em várias partes do mundo os Institutos Confúcio recuaram por questões geopolíticas, na África eles expandiram. O Quênia deu um passo além e integrou o ensino de mandarim como disciplina opcional no currículo oficial das escolas de ensino básico e secundário, utilizando os IC para treinar os professores locais que assumem essas salas de aula. O grande atrativo para os números massivos de alunos no Quênia é a empregabilidade: falar mandarim virou um diferencial competitivo crucial para jovens quenianos que buscam cargos de gestão em grandes empresas chinesas de tecnologia, engenharia e logística operando no leste africano.

Aliás, o crescimento do Quênia com suas *fintechs* focadas em bancos móveis que não necessitam do uso de internet, é possível argumentar que as iniciativas de intercâmbio facilitadas pelos Instituto Confúcio também funcionam como uma estratégia de incentivar a autonomia de outros países na produção de conhecimento e desenvolvimento de tecnologia, o que auxilia a própria China a fazer o mesmo ao oferecer comparativos e competidores na arena internacional. Novamente as estratégias herdadas do governo de Deng Xiaoping aparecem no que diz respeito à adaptação chinesa ao mundo externo de modo a melhorar a qualidade de vida doméstica.

Ao mesmo tempo, o Quênia é favorecido nessa relação bilateral porque amplia sua pauta exportadora. Com o financiamento externo menos oneroso, é possível custear o desenvolvimento nacional. O investimento nacional em ferrovias, rodovias, turismo e educação com a ajuda da China são passos importantes para a manutenção da soberania e autonomia estatal queniana. O investimento chinês na educação também vai se refletir em mudanças na qualidade da educação queniana conforme os intercâmbios se expandem. Possivelmente, será nos intercâmbios de estudantes voltados para a área da Educação que o Soft Power chinês como ferramenta ideológica poderá obter maior sucesso. Por enquanto, porém, a maioria dos intercambistas do Quênia são de áreas voltadas para tecnologia e inovação.

Apesar dos indiscutíveis avanços em infraestrutura, a presença chinesa de 2000 a 2025 acumulou severas críticas e desafios estruturais que dividiram a opinião pública queniana. O debate acadêmico e político mais acirrado gira em torno do endividamento. Em 2020, a China detinha cerca de um terço da dívida externa total do Quênia. Críticos ocidentais e locais argumentaram que os termos opacos dos contratos e as altas taxas de juros comerciais poderiam levar à perda de soberania sobre ativos estratégicos (como o Porto de Mombaça), uma narrativa refutada tanto por Pequim quanto por Nairóbi, que classificam os empréstimos como investimentos necessários para destravar o crescimento econômico.

Do ponto de vista das Relações Internacionais, a análise aqui desenvolvida contribui para a compreensão de uma dinâmica cada vez mais relevante no sistema internacional contemporâneo: a utilização de instrumentos não coercitivos para a ampliação da influência política de potências emergentes. O caso sino-queniano demonstra que o Soft Power chinês não pode ser entendido exclusivamente a partir das formulações teóricas ocidentais desenvolvidas por Joseph Nye. Embora os elementos culturais, educacionais e simbólicos estejam presentes na ação externa chinesa, eles aparecem articulados a objetivos de desenvolvimento econômico, transferência de tecnologia, cooperação técnica e ampliação das capacidades estatais dos países parceiros.

Nesse sentido, verificou-se que a atuação chinesa no Quênia revela uma estratégia de inserção internacional baseada na combinação entre atração cultural, cooperação econômica e construção de infraestrutura. Diferentemente das interpretações que apresentam o Soft Power como mera ferramenta de propaganda ideológica, o caso analisado sugere que a atratividade chinesa está associada, sobretudo, à capacidade de oferecer soluções concretas para demandas de desenvolvimento enfrentadas por países periféricos. A modernização de ferrovias, rodovias,

sistemas digitais e programas educacionais configura um conjunto de ações que reforçam a legitimidade da presença chinesa no país africano.

Além disso, a pesquisa permitiu observar que os Institutos Confúcio desempenham um papel relevante na construção de canais de diálogo cultural e educacional, porém seu impacto parece ser mais indireto do que frequentemente sugerido pela literatura crítica. A principal contribuição dessas instituições não reside necessariamente na difusão de valores políticos chineses, mas na criação de oportunidades de capacitação profissional, intercâmbio acadêmico e formação de capital humano qualificado. Desse modo, o Soft Power chinês manifesta-se menos pela persuasão ideológica e mais pela criação de oportunidades percebidas como benéficas pelos atores locais.

Também se constatou que o Quênia não ocupa uma posição passiva nesse processo. Ao longo da pesquisa, tornou-se evidente que a política externa queniana tem utilizado a relação com a China como instrumento de ampliação de sua autonomia internacional, diversificando parceiros e aumentando sua capacidade de negociação frente às potências ocidentais. Isso demonstra que as relações sino-quenianas devem ser compreendidas como uma interação de interesses mútuos e não apenas como um movimento unilateral de influência chinesa sobre um país africano.

Por fim, as transformações tecnológicas observadas no Quênia, especialmente nos setores de telecomunicações, sistemas financeiros digitais e formação técnica especializada, indicam que as relações sino-quenianas tendem a se aprofundar nas próximas décadas. A crescente presença chinesa em áreas estratégicas poderá ampliar a cooperação bilateral, mas também levantará novos desafios relacionados à dependência tecnológica, sustentabilidade do endividamento externo e equilíbrio das relações comerciais. Esses aspectos constituem temas promissores para pesquisas futuras e poderão contribuir para um entendimento mais aprofundado do papel da China na redefinição das relações entre países do Sul Global no século XXI

A convivência entre trabalhadores chineses e quenianos nos canteiros de obras nem sempre foi pacífica. Surgiram episódios de falta de transferência de habilidades (críticas de que cargos de gerência e engenharia de topo permaneciam exclusivamente com cidadãos chineses, deixando para os quenianos apenas o trabalho braçal não qualificado), conflitos culturais e racismo (incidentes amplamente divulgados pela mídia queniana sobre discriminação racial em empresas geridas por chineses geraram protestos públicos e pressões sindicais), impacto ambiental (grandes obras como o SGR cortaram parques nacionais protegidos, como o *Nairobi*

National Park e o *Tsavo National Park*) gerando protestos de ONGs ambientalistas locais e internacionais devido à perturbação das rotas migratórias da fauna silvestre), sendo que as construtoras chinesas adaptaram os projetos criando viadutos e corredores elevados para animais, mas o impacto ecológico residual permaneceu um ponto de fricção.

O período de 2000 a 2025 consolidou a China como o ator externo mais influente no desenvolvimento físico e econômico do Quênia contemporâneo. A cooperação transformou o país no principal *hub* logístico da África Oriental, modernizou suas telecomunicações e encurtou distâncias geográficas. No entanto, o legado dessa era é ambivalente. O Quênia encerrou o primeiro quarto do século XXI enfrentando o desafio de gerenciar o peso de sua dívida, corrigir a balança comercial desfavorável e garantir que a transferência de conhecimento técnico seja profunda o suficiente para que o país possa, no futuro, projetar e construir suas próprias soluções soberanas. A presença chinesa provou não ser uma colonização moderna, nem uma filantropia desinteressada, mas sim um exercício rigoroso de *realpolitik* econômica que forçou o Quênia a amadurecer sua própria estratégia de inserção global.

No que diz respeito à política e ideologia, a China tem uma grande história de luta e resistência ao império e um país anti-imperialista, por isso atrai a atenção dos países africanos que, de certa forma, concordam com a resistência que a China representa. A divisão do mundo envolve uma política militar de um país a nível internacional, tendo outras potências capitalistas como rivais (esta é a espinha dorsal da doutrina do imperialismo, entre as potências capitalistas). Por isso a posição chinesa como alternativa também é uma forma de se projetar internacionalmente, mas com o foco em Estados cuja política externa continua sendo semelhante ao do Movimento dos Países Não-Alinhados.

Fazia parte da hipótese pensar os Institutos Confúcio como forma de aprofundar as relações sino-quenianas. Parece cedo, ainda, para fazer esse tipo de afirmação. No entanto, é fato que as iniciativas de intercâmbio estudantil enquanto ferramenta de Soft Power estão favorecendo a cooperação técnica e os acordos econômicos. Desde a década de 1960, o Quênia apresenta certo interesse nos investimentos chineses e, com exceção de alguns momentos de instabilidade nas relações em meio à Revolução Cultural, esse interesse perdura. A China, por sua vez, aparece dentro e fora do contexto da Guerra Fria (1945-1991) como uma alternativa viável de adquirir investimentos e realizar empréstimos sem comprometimento da autonomia e soberania queniana, especialmente no que diz respeito à sua saúde econômica (Li, 2009; Sun, 2020).

Existe, no entanto, a dificuldade em utilizar os Instituto Confúcio como ferramenta de Soft Power cultural devido à dificuldade de aprender mandarim e de manter o corpo docente

atualizado após o fim dos três anos de auxílio chinês. A adesão a cursos em inglês nas universidades chinesas cria uma ponte para contornar esse problema, mas provavelmente é insuficiente (Cheng, 2009). Desse modo, se o objetivo é observar o impacto cultural chinês no Quênia, talvez seja interessante expandir o olhar para além dos Institutos Confúcio, como por exemplo observar a popularização de produções cinematográficas no país. Porém ambos precisam de mais pesquisas, algo que no momento não ocorre. A falta de literatura sobre o tema é uma barreira importante. Por isso, entende-se que o objetivo geral deste trabalho de compreender o Soft Power na PECh para o Quênia foi atingido, mas não na especificidade dos Institutos Confúcio devido à escassez de materiais produzidos acerca destes no Quênia.

No entanto, acredita-se que o objetivo de compreender a teoria do Soft Power foi atingido no início do trabalho, assim como o objetivo de compreender a teoria do Soft Power. Contudo, o objetivo de descrever historicamente as relações do Soft Power chinês no Quênia não foi tão bem desenvolvido justamente pela dificuldade de encontrar materiais que abordassem especificamente as relações entre esses dois países, ainda que as relações bilaterais destes ocorram desde a década de 1960. Também foi percebida certa escassez de informações acerca das relações China-Quênia quando o assunto é os intercâmbios culturais. As informações disponíveis tendem a ser superficiais e repetitivas, distribuídas por alguns poucos jornais.

Outro ponto relevante é que o conceito de Soft Power de Nye (1990) por si só não sustenta a análise do Soft Power chinês, sendo necessário ajustes para que se compreenda o conceito no contexto desse país. Produções chinesas sobre o tema contribuem para a compreensão, como é o caso de Chen (2009), Feng (2007) e Honghua (2007), mas ainda assim a PECh é complexa e talvez seja melhor dedicar e expandir os estudos a compreendê-la em si, especialmente a influência do confucionismo sobre o Soft Power chinês e como ele se diferencia do conceito de Nye (2004) antes de fazer uma pesquisa focada na manifestação dessa estratégia em relações bilaterais.

Adicionalmente, percebeu-se que pouco se produz sobre política externa queniana para a China. Faz-se necessário, também, aprofundar a pesquisa na política externa deste país para depois entender como ele pode atuar enquanto objeto receptor de Soft Power. Especialmente porque boa parte dos textos disponíveis sobre as relações entre a China e países africanos não focam no Quênia em si, sendo mais generalistas. Alden (2007), um dos pilares deste trabalho, cita o Quênia explicitamente poucas vezes no curso de seu livro.

Desse modo, não houve assimilação queniana dos valores políticos ou cultura chinesa nesse período apesar dos momentos de relação amistosa. Pelo contrário, a tentativa durante a Revolução de distribuir panfletos com conteúdo ideológico foi malvista. A única característica

mais marcada de Soft Power nesse período seria a do reconhecimento da China como país legítimo e detentor de autoridade moral (Huang; Ding, 2006; Sun, 2020). Outro ponto interessante é que a noção de dependência no combate ao imperialismo estadunidense de Sun Yat-sen também pode ser percebida nessa relação quando se percebe a passividade da Embaixada Chinesa frente aos momentos de hostilidade queniana. Pode-se entender que a presença de um aliado que fornecesse materiais para a China sobrepujasse todo debate ideológico, o que vai de encontro às reflexões de Sun sobre a China nunca poder ser autossuficiente e, por isso, não poder se isolar internacionalmente. A multilateralidade é, para Sun Yat-sen, a dinâmica ideal de controle imperialista a ser praticado pelo país (Gregor; Chang, 1982).

Por fim, utilizar estas ferramentas teóricas, que nascem com as ideias do Nye e crescem e se transformam no que hoje é o Soft Power chinês é inevitável e necessário. Entender de onde essa ideia surge e observar ao longo dos anos se tornando algo real e prático só é possível quando encontramos as peculiaridades de cada uma destas teorias.

REFERÊNCIAS

ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry (ORGS.). **Non-Western International Relations Theory: Perspectives On and Beyond Asia**. 1. ed. London: Routledge, 2009.

ADAR, Korwa. Kenya-US relations: A Recapitulation of the Patterns of Paradigmatic Conceptualization, 1960's-1990's. *In*: MUNENE ATECHARIA, J.D; NYUNYA, Olewe; ADAR, Korwa. **The United States and Africa: From independence to the end of the Cold War**. Nairobi: East African Educational Publishers, 1995.

AGENCIAS. Trump administration plans to shut down nearly 30 U.S. embassies — over half in Africa. **AfricaNews**, 19 abr. 2025.

ALDEN, Chris. **China in Africa**. London: Zed Books, 2007.

ALVES, A. C. (2013). **China's Win-Win Cooperation with Africa: Africa's Reality Check**. South African Institute of International Affairs (SAIIA).

ARISTÓTELES. **Política**. 1ª ed. [S.l.]: Edipro, 2019.

AYOOB, Mohammed. International Affairs. **Security in the Third World: The Worm about to Turn?**, [s. l.], v. 60, n. 1, Royal Institute of International Affairs 1944, p. 41–51, 1983.

AYOOB, Mohammed; WELLS, Samuel F. The Security Problematic of the Third World. **World Politics**, [s. l.], v. 43, n. 2, p. 257–283, 1991.

BALDWIN, David A. **Power and International Relations: A Conceptual Approach**. [S.l.]: Princeton University Press, 2016.

BOAHEN, Albert Adu (ed.). **História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010. v. VII Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190255>. Acesso em: 18 set. 2019.

BODIN, Jean. **On Sovereignty**. Tradução: Julian H. Franklin. 1. ed. New York: Cambridge University Press, 1992.

BRAUTIGAM, D. (2009). **The Dragon's Gift: The Real Story of China in Africa**. Oxford University Press.

CARSON, Johnnie. From Moi to Kibaki: An Assessment of the Kenyan Transition. **Wilson Center**, [s. l.], n. 1, Africa Program - occasional paper series, p. 1–8, 2003.

CARUSO, Daniela. China soft power and cultural diplomacy, The educational engagement in Africa. **Cambio**, Monographic Section , v. 10, n. 19, p. 47–58, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.13128/cambio-8510>. Acesso em: 06 jun. 2026.

CENTRE FOR HUMAN RIGHTS AND POLICY STUDIES (CHRIPS). (2022). *Chinese Investments and Kenyan Labor Realities: Assessing the Infrastructure Boom in Nairobi*. Nairobi: CHRIPS.

CHANDAN, Amarjit. **Jaramogi Oginga Odinga**, 1961. Disponível em: <<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=92321027>>. Acesso em: 1 jun. 2026.

CHEN, Gang. China's Climate Diplomacy and Its Soft Power. In: **Soft power: China's emerging strategy in international politics**. Lanham: Lexington Books, 2009. p. 225–244.

CHENG, Xiaohe. Education: The Intellectual Base of China's Soft Power. In: LI, Mingjiang (Ed.). **Soft power: China's emerging strategy in international politics**. Lanham: Lexington Books, 2009. p. 103–123.

CHINESE EMBASSY IN KENYA. Chinese Ambassador to Kenya Zhou Pingjian: “China ready to support more Kenyan students” _Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. **Ministry of Foreign Affairs - People's Republic of China**, 3 fev. 2024.

CLAPHAM, Christopher. **Africa and the International System: The politics of State survival**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. (Cambridge Studies in International Relations).

CORKIN, Lucy Jane. China's rising Soft Power: the role of rhetoric in constructing China-Africa relations. **Rev. bras. polít. int.** **57 (spe) • 2014 •**, [s. l.], n. 57, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/45T5MXy3qyqBQHFVhqrSgtw/?format=html&lang=en>. Acesso em: 2 jun. 2026.

CROWDER, Michael. A África sobre domínio britânico e belga. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (Orgs.). **História geral da África, VIII: África desde 1935**. História geral da África. 1ª ed. Brasília, DF: UNESCO, 2010. p. 89–122.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 33. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2016.

DINKEL, Jürgen. **The Non-Aligned Movement: Genesis, Organization and Politics (1927–1992)**. Leiden/Boston: Brill, 2019.

DUARTE, Paulo. Soft China: O Caráter Evolutivo da Estratégia de Charme Chinesa. **Contexto Internacional (PUC)**, v. 34, n. 2, p. 501–529, 2012.

ENGLEHART, Neil A. Journal of Peace Research. **State Capacity, State Failure, and Human Rights**, [s. l.], v. 46, n. 2, p. 163–180, 2009.

ÉPOCA NEGÓCIOS. Como a Quênia está se tornando um centro global de inovação. **Época Negócios**, 23 ago. 2022.

FENG, Zhu. “Zhongguo ying duo cezhong ‘ruan shili’ jueqi”[China should give priority to soft power rise]. **Huanqiu shibao [Global Times]**, 30 abr. 2007.

FERGUSON, Niall. Think again: power. **Foreign Policy**, p. s/p, abr. 2009.

FISTICK, Jock. **Li Zhaoxing, Chinese Minister for Foreign Affairs, met José Manuel Barroso, President of the EC, and Benita Ferrero-Waldner, Member of the EC in charge of External Relations and European Neighbourhood Policy.** [S. l.], 2005. 428 × 599 pixels. Disponível em: <https://audiovisual.ec.europa.eu/en/photo-details/P-011225~2F00-06>. Acesso em: 1 jun. 2026.

FÓRUM DE COOPERAÇÃO CHINA-ÁFRICA (FOCAC). (2000-2024). *Declarações Oficiais e Planos de Ação de Pequim/Joanesburgo/Dakar*.

GOVERNO DA REPÚBLICA DO QUÊNIA. (2008). *Kenya Vision 2030: A Globally Competitive and Prosperous Kenya*. Office of the Prime Minister.

GRAMMATICAS, Damian. Details emerge of Chinese artist Ai Weiwei's detention. **BBC News**, 11 ago. 2011.

GREGOR, A. James; CHANG, Maria Hsia. Marxism, Sun Yat-sen, and the Concept of "Imperialism". **Pacific Affairs**, v. 55, n. 1, p. 54–79, 1982.

HAN-SENG, Chen. Agrarian Reform in China. **Far Eastern Survey**, v. 17, n. 4, p. 41–43, 1948.

HARTIG, Falk. Confucius Institutes and the Rise of China. **Journal of Chinese Political Science**, v. 17, n. 1, p. 53–76, 1 mar. 2012.

HERBST, Jeffrey. International Organization. **The creation and maintenance of national boundaries in Africa**, [s. l.], v. 43, n. 4, p. 673–692, 1989.

HOBSON, J. A. **Imperialism: A Study**. [S.l.]: Ann Arbor: University of Michigan Press, 1965.

HONGHUA, Men. "Zhongguo ruan shili pinggu baogao" [Assessment and report of China's soft power]. **Guoji guan cha [International Observations]**, v. 2, n. 3, p. 37–46, 2007.

HORNBY, L. (2024). *The SGR Legacy: Debt, Development and Logistics in East Africa*. East African Quarterly, 12(2), 45-61.

HUANG, Yanzhong; DING, Sheng. Dragon's underbelly: An analysis of China's soft power. **East Asia**, v. 23, n. 4, p. 22–44, 1 dez. 2006.

KELLER, Edmond J.; ROTHCHILD, Donald (ORGS.). **Africa in the New International Order: Rethinking State Sovereignty and Regional Security**. 4. ed. Philadelphia: Westview Press, 2009.

KENYA AFTER MOI | FOREIGN AFFAIRS. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/kenya/2004-01-01/kenya-after-moi>. Acesso em: 2 jun. 2026.

KNIGHTS, C. (2021). The Nairobi Expressway: Public-Private Partnerships and the Future of Sino-Kenyan Infrastructure. **Journal of African Transport Studies**, 34, 112-129.

KOBLENTZ, Gregory D. International Security. **Biosecurity Reconsidered**, [s. l.], v. 34, n. 4, p. 96–132, 2010.

LAPIDUS, I.; OSTROVITIANOV, K. **Princípios de Economia Política**. Rio de Janeiro, RJ: Calvino Limitada, 1944. v. 1

MAGAR, Victoria; SABWA, Savai. **Alupe University Shines at Kenya-China Smart Education Exchange in Hangzhou**. *Alupe University*, jan. 2026. Disponível em: <<https://au.ac.ke/alupe-university-shines-at-kenya-china-smart-education-exchange-in-hangzhou/>>. Acesso em: 30 mar. 2026.

MARTINELLI, Caio Barbosa. O Jogo Tridimensional: o Hard Power, o Soft Power e a Interdependência Complexa, segundo Joseph Nye. **Conjuntura Global**, v. 5, n. 1, 25 jun. 2016.

MAZRUI, Ali A. Introdução. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (Orgs.). **História geral da África, VIII: África desde 1935**. História geral da África. 1ª ed. Brasília, DF: UNESCO, 2010. p. 1–30.

MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (ORGS.). **História geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília, DF: UNESCO, 2010.

MENDES, Carmen Amado. República Popular da China. In: FREIRE, Maria Raquel. **Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. p. 339–360.

MFA. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. China's Initiation
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, INFRAESTRUTURA, HABITAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO URBANO DO QUÊNIA. (2018). *Standard Gauge Railway Progress Report 2014–2018*. Nairobi.

MFA. Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China. China's Initiation of the Five Principles of Peaceful Co-Existence. Disponível em: https://www.mfa.gov.cn/eng/zy/wjls/3604_665547/202405/t20240531_11367542.html. Acesso em: 29 maio 2026.

MOGAKA, Stephen. **Continuity and change in Kenya-China relations 1963-2008**. [s. l.], 2011. Disponível em: <http://erepository.uonbi.ac.ke/handle/11295/165972>. Acesso em: 23 nov. 2025.

NAM BACKGROUND INFORMATION. [S. l.], 2016. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20160209210107/http://www.nam.gov.za/background/background.htm>. Acesso em: 2 jun. 2026.

NASCIMENTO, A. M.; Xu, K. (2024). DIFFERENT GLOBAL CONTEXTS OF THE CONFUCIUS INSTITUTE: A SYSTEMATIC REVIEW OF THE LITERATURE. **AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, 12(24). <https://doi.org/10.22456/2238-6912.133532>

NEWSLINK AFRICA. **Jomo Kenyatta, presidente do Kenya African Union (KAU), em 1946 ou 1947.**1946.

NYE, Joseph S. American and Chinese Power after the Financial Crisis. **The Washington Quarterly**, v. 33, n. 4, p. 143–153, out. 2010.

NYE, Joseph S. Jr. **Bound to Lead: The Changing Nature of American Power**. New York: Basic Books, 1990.

NYE, Joseph S. Jr. Other's Soft Power. *In*: **Soft Power: The means to success in World Politics**. 1. ed. New York: Public Affairs, 2004b. p. 73–98.

NYE, Joseph S. Jr. Soft Power and Higher Education. 2005. p. 11-14. Disponível em: <https://library.educase.edu/-/media/files/library/2005/1/ffp0502s-pdf>. Acesso em: 06 jun. 2026.

NYE, Joseph S. Jr. **Soft Power: The means to success in World Politics**. 1. ed. New York: Public Affairs, 2004c.

NYE, Joseph S. Jr; KEOHANE, Robert O. **Power & Interdependence**. 4ª ed. [S.l.]: Pearson, 2011.

NYE, Joseph S. **O paradoxo do poder americano**. Tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araújo. 1. ed. [S.l.: S.n.].

NYE, Joseph S. Soft power: the origins and political progress of a concept. **Palgrave Communications**, v. 3, n. 1, 2017.

NYE, Joseph S. **The Powers to Lead**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

NYE, Joseph S. Weapons of Mass Distraction: Soft Power and American Empireby Matthew Fraser. **International Journal**, v. 59, n. 3, p. 711–713, 2004a.

OJORE, Timothy Odongo. Media and Ethnicity: An Assessment of Media Constructions on Politics and Ethnicity in Kenya. **Editon Consortium Journal of Media and Communication Studies**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 71–81, 2026.

OKUMU, John J. Some Thoughts on Kenya's Foreign Policy. **The African Review**, v. 3, n. 2, p. 263–290, 1973.

ONJALA, J. (2018). *China's Development Loans and Kenya's Debt Sustainability Fact or Fiction?* Nairobi: Institute for Development Studies, University of Nairobi.

ONUF, Nicholas Greenwood. Sovereignty: Outline of a Conceptual History. **Alternatives: Global, Local, Political**, v. 16, n. 04, p. 425–46, 1991.

PANG, Zhongying. China's Soft Power Dilemma: The Beijing Consensus Revisited. *In*: **SOFT POWER: CHINA'S EMERGING STRATEGY IN INTERNATIONAL POLITICS**. Lanham: Lexington Books, 2009. p. 125–142.

PORTER, Bruce D. **War and the Rise of the State**. Simon and Schuster, 2002. New York: Free Press, 2002.

RAMO, Joshua Cooper. **The Beijing Consensus**. Foreign Policy Centre, , 18 mar. 2004. Disponível em: <<https://fpc.org.uk/publications/the-beijing-consensus/>>. Acesso em: 23 nov. 2025

RIZZI, Kamilla Raquel; BALARDIN, Rafael. Limites e fronteiras na África: Identidades, histórias e política internacional. In: RÉGIO BENTO, Fábio; CARLETTI, Anna. **Fronteiras em movimento**. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2012. p. 137–157.

ROSENBERG, J. Millenium. **A Non-Realist Theory of Sovereignty?: Giddens' The Nation-State and Violence**, v. 19, p. 249–259, 1990.

ROUSSEAU, Jean-Jaques. **Do contrato social: Princípios do Direito Político**. Tradução: Antônio P. Machado. Ed. especial ed. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 2011.

SAID, I. . From Uhuru to Ruto: The Continuity of China-Kenya Relations in a Changing Economic Landscape. **African Affairs Review**, v. 40, n. 1, p. 15-32, 2025.

SHILAHU, Westen K. Kenya-China Relations in Perspective. In: ABIDDE, Sabella Ogbobode (org.). **Pros and Cons of China and the Chinese in Africa**. Cham: Springer Nature Switzerland, 2025. p. 269–303. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-031-85693-8_12. Acesso em: 23 nov. 2025.

SUN, Jodie Yuzhou. ‘Now the cry was Communism’: the Cold War and Kenya’s relations with China, 1964–70. **Cold War History**, v. 20, n. 1, p. 39–58, 2 jan. 2020.

TAYLOR, Brian D.; BOTEÁ, Roxana. Tilly Tally: War-Making and State-Making in the Contemporary Third World. **International Studies Review**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 27–56, 2008.

THE AFRICAN TIMES. **U.S. Embassies in Africa**. Disponível em: <<https://theafricantimes.com/us-embassies-in-africa/>>. Acesso em: 11 set. 2025.

THE MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. Kenya China Relations. In: MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. 25 abr. 2025. Disponível em: <https://mfa.go.ke/kenya-china-relations>. Acesso em: 23 nov. 2025.

THE MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. Kenya, China sign landmark deals as relations enter a comprehensive strategic era. **Ministry of Foreign and Diaspora Affairs**, [s. l.], 2025. Disponível em: <https://mfa.go.ke/kenya-china-relations>. Acesso em: 7 jun. 2026.

THE NATIONAL TREASURY. **Kenya secures stronger trade and investment ties with China in High-Level Talks**. [S. l.], 2025. Disponível em: <https://newsite.treasury.go.ke/kenya-secures-stronger-trade-and-investment-ties-china-high-level-talks>. Acesso em: 12 set. 2025.

THOMSON, Janice E. International Studies Quarterly. **State Sovereignty in International Relations: Bridging the Gap between Theory and Empirical Research**, v. 39, n. 2, p. 213–33, 1995.

TUZZO, Simone Antoniacci; SANTOS, Inês Guerra; BRAGA, Claudomilson Fernandes. O Caráter Dialógico da Pesquisa Qualitativa. **New Trends in Qualitative Research**, [s. l.], v. 19, 2024. Disponível em: http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2184-77702024000100004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 20 out. 2025.

TWADDLE, Michael. A África Oriental. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (Orgs.). **História geral da África, VIII: África desde 1935**. História geral da África. 1ª ed. Brasília, DF: UNESCO, 2010. p. 261–293.

TWITCHETT, Denis; FAIRBANK, John K. (ORGS.). **The Cambridge History of China**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. v. 15

VLTCHEK, Andre. Road of Love on the Path to Development. [s. l.], 2009. Disponível em: http://WWW.ch1nadailv.com.cn/opinion/2009-07/22/content_8457497.html. Acesso em: 02 jan. 2025.

WESTAD, Odd Arne. **The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2007.

WILLIAMS, Paul D. **War & Conflict in Africa**. 1. ed. Cambridge: Polity Press, 2011.

XU, Yao. “Gonggong guanxi de chuanbo shouduan yu zhongguo ruan shili jiangou” [Communication methods of public relations and China’s soft power building]. **Xinwen qianshao [News Frontline]**, [s. l.], v. 93, n. 7, p. 93–94, 2007.

XUETONG, Yan. “Ruanshili de hexin shi zhengzhi shili” [The core of soft power is political power]. **Huanqiu shibao [Global Times]**, 22 maio 2007.

YONGNIAN, Zheng; CHI, Zhang. “Guoji zhengzhi zhong de ruan lilian yiji dui zhongguo ruan lilian de guancha” [Soft power in international politics and an observation of China’s soft power]. **Shijie jingji yu zhengzhi [World Economics and Politics]**, v. 7, n. 12, p. 133–138, 2007.

ZHANG, Lintao. **Chinese President Xi Jinping speaks at the podium during the unveiling of the Communist Party’s new Politburo Standing Committee at the Great Hall of the People on October 25, 2017 in Beijing, China. China’s ruling Communist Party today revealed the new Politburo Standing Committee after its 19th congress**. [S. l.], 2017. 1024 x 683 px/8,67 x 5,78 cm. Disponível em: <https://www.gettyimages.com.br/detail/foto-jornal%C3%ADstica/chinese-president-xi-jinping-speaks-at-the-podium-foto-jornal%C3%ADstica/866170168>. Acesso em: 23 nov. 2025.

ZHANG, Yongjin. The Discourse of China’s Soft Power and Its Discontents. In: **SOFT POWER: CHINA’S EMERGING STRATEGY IN INTERNATIONAL POLITICS**. Lanham: Lexington Books, 2009. p. 45–60..

ZHAO, Suisheng. The Prospect of China’s Soft Power: How sustainable? In: **Soft power: China’s emerging strategy in international politics**. Lanham: Lexington Books, 2009. p. 225–244.